



Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em
Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

O Papel das Empresas Estatais Federais na Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Tecnológico

.....

Coordenador do INCT/PPED: Renato Boschi

Vice-coordenadora do INCT/PPED: Ana Célia Castro

Coordenação deste projeto: Renato Boschi
Equipe do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de
Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

Rio de Janeiro, outubro 2024



Apresentação

Este documento tem como objetivo propor a realização de estudos temáticos sobre as empresas estatais vinculadas ao governo federal. Esses estudos serão realizados por pesquisadores de diversas universidades associadas ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED) ao longo de um período de 12 meses.

A equipe de pesquisadores do INCT/PPED é composta por pós-doutores vinculados a diversas universidades renomadas, como a UFRJ, UFF, UFRRJ, UNICAMP e UNILA. O Instituto mantém uma estreita relação com os Programas de Pós-graduação dessas instituições por meio da atuação de seus pesquisadores.

Entre os Centros de Pesquisa que integram o INCT/PPED, destacam-se o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) e o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação das Américas (CEPPAC) da UnB. A sede do Instituto está localizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, no Rio de Janeiro, onde desenvolve uma parceria ativa e estratégica.

INCT-PPED

Coordenador

Renato Boschi (INCT/PPED)

Vice-coordenadora

Ana Célia Castro (UFRJ/CBAE)

Comitê Gestor

Antônio Márcio Buainain (UNICAMP)

Estela Maria de Souza Neves (UFRJ)

Flavio Gaitán (UNILA)

Maria Beatriz Bonacelli (suplente) (UNICAMP)

Maria Antonieta Leopoldi (UFF)

Ignácio José Godinho Delgado (UFJF)

Georges Flexor (suplente) (UFRRJ)

Sérgio Pereira Leite (UFRRJ)

Comitê Consultivo (Advisory Board)

Cristina Possas (DST-AIDS/Ministério da Saúde)

Diego Sanchez-Ancochea (University of Oxford)

Apoio Comitê Gestor

Ana Carolina Oliveira

Secretaria

Sonia Lais da Rocha

Programação Visual

Fernando Vasconcelos

Sumário

Introdução	7
Lista dos Pesquisadores participantes deste projeto	9
 PROPOSTAS TEMÁTICAS DE PESQUISA	
Eixos temáticos	12
Lista dos Subprojetos	
Subprojeto 1 – <i>Uma visão de conjunto das empresas públicas através do enfoque de “missões estratégicas”</i>	13
Subprojeto 2 – <i>Empresas Estatais e Estratégias de Desenvolvimento</i>	17
Subprojeto 3 – <i>Sociologia Historica sobre a trajetória da SEST</i>	21
Subprojeto 4 – <i>Estudo de Caso da Embrapa</i>	27
Subprojeto 5 – <i>A Petrobras no atual debate brasileiro</i>	30
Subprojeto 6 – <i>Estudo de caso da Empresa de Pesquisa Energetica EPE</i>	34
Subprojeto 7 – <i>Análise Espacial dos Desembolsos do BNDES</i>	41
Subprojeto 8 – <i>Desenvolvimento inclusivo e transição Verde – papel das Instituições financeiras públicas</i>	47
Orçamento geral	53
Cronograma geral da Pesquisa	54
Produtos agregados do Projeto	55
Referências	56

Introdução

A configuração das empresas estatais no Brasil foi sendo desenhada ao longo do último século, na medida em que o Estado se envolvia com um setor econômico, assumindo a gestão do seu crescimento (mineração, energia elétrica, siderurgia, petróleo entre outros). O cenário das estatais é hoje extremamente complexo e por vezes escapa à regulação jurídica.

A ideia de que as empresas têm a finalidade primordial de gerar lucros para seus proprietários ou acionistas deixou de ter prioridade com a emergência da ética do valor público da empresa, seja ela privada, estatal ou mista, a partir do Pacto Global da ONU no início do século XXI. Os princípios da ESG (Environment, Social Responsibility and Governance) supõem que as empresas devem atuar alinhando a busca do lucro, os propósitos sociais e ambientais e a transparência. O valor público vai além dos resultados financeiros de uma empresa, e contém sua atuação não material, incluída agora em sua missão e em seus propósitos, que equivalem à sua contribuição para o entorno e a sociedade. Superar as desigualdades sociais e as discriminações entram nos propósitos das empresas através de suas ações internas, com seus funcionários assim como nas ações de impacto social e ambiental externas à empresa.

Várias das pesquisas contidas neste projeto vão tratar da complexidade do cenário das estatais brasileiras, mas como introdução gostaríamos de enumerar alguns pontos que importam para a compreensão das empresas estatais brasileiras, e que esperamos estudar nesse projeto. Todos estes enfoques se ligam à idéia de uma ou mais missões que a empresa estatal está desempenhando.

Buscamos aqui:

- Conhecer o papel do Estado brasileiro contemporâneo, agindo na economia através de suas empresas, que geram serviços ou produtos bem como outros impactos indiretos.
- Estudar a atuação do Estado como financiador, de forma direta ou compartilhada, através de bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento.
- Estudar as empresas estatais e agências que atuam como propulsores de inovação, planejando, financiando e gerindo políticas orientadas por missões como no caso da Embrapa.
- Realizar uma análise da capacidade das empresas estatais de gerarem riqueza e contribuírem para o desenvolvimento das regiões onde fazem investimentos bem como de incentivarem iniciativas ligadas à inclusão social e ao meio ambiente.
- Abordar os vários papéis das empresas estatais na economia: acionista no mercado financeiro, indutora do crescimento, prestadora de serviço, indutora de inovação nas empresas, criadora de valores ligados à ESG.

- Pesquisar variados setores de atuação dessas empresas na economia: finanças, agricultura, indústria, infraestrutura energética (eletricidade e petróleo).
- Analisar o impacto de organismos internacionais, através de suas regulamentações, sobre a operação das estatais. A exemplo, a ação do FMI nos anos 80 e 90 premindo o governo federal por políticas de austeridade fiscal, que terminaram por comprimir preços dos serviços das estatais (eletricidade, gasolina). Buscaremos também analisar as propostas de governança da OCDE pactuadas com o governo brasileiro, que atingem empresas estatais.
- Estas questões acima serão tratadas nas pesquisas que aqui propomos.
- As pesquisas fazem parte de um quadro teórico e usam conceitos que serão discutidos entre os pesquisadores nos dois primeiros meses para refinar a coerência de visões e análises. Trabalharemos com os conceitos de empresa estatal (conotação jurídica e política), governança, regulação, desenvolvimento inclusivo e sustentável. Em todos os projetos estará implícita a visão das missões estratégicas da empresa estatal, que é o foco central desta análise, e se baseia em trabalhos da Mariana Mazzucato (2020,2021 e 2024).
- Do ponto de vista metodológico, o projeto apresenta propostas de pesquisas quantitativas e qualitativas, que envolvem análise bibliográfica, coleta de material em arquivos de documentos, levantamento de dados estatísticos, dados de balanços, relatórios anuais, legislação e material de imprensa. Várias entrevistas serão feitas com atores importantes do governo e das empresas estatais estudadas, como SEST e CGPAR. Estudos de caso de empresas estatais destacadas (Embrapa, BNDES, vários bancos públicos) serão objeto dos estudos contidos neste projeto.
- Ao todo 22 pesquisadores estarão ligados a essas pesquisas, 15 deles com bolsas de pos doutorado, conforme especificado mais adiante.

LISTA DOS PESQUISADORES DESTE PROJETO

	Coordenador Geral do Projeto: Renato Boschi		Helder Queiros (Subprojeto 5)
	Ricardo Bielschowsky (Subprojeto 1)		Flavine Mendes (Subprojeto 5)
	Maria Antonieta Leopoldi (Subprojeto 1)		Thadeu Rocha (Subprojeto 6)
	Paulo Roberto Corval (Subprojeto 1)		Clarice Ferraz (Subprojeto 6)
	Carlos Medeiros (Subprojeto 2)		Antonio Carlos Campos de Carvalho (Subprojeto 7)
	Numa Mazat (Subprojeto 2)		Carlos Henrique Santana (Subprojeto 7)
	Maria Celina Soares D'Araujo (Subprojeto 3)		Marcela Nogueira Ferrario (Subprojeto 7)
	Ana Celia Castro (Subprojeto 4)		Rogerio Studart (Subprojeto 8)
	Petula Ponciano (Subprojeto 4)		Antonio Jose Alves (Subprojeto 8)
	Eduardo Mattos (Subprojeto 4)		1 pesquisador a ser indicado para (Subprojeto 8)
	Paulo do Carmo Martins (Subprojeto 4)		
	Adriana Carvalho Pinto Vieira (Subprojeto 4)		

Total: **22 pesquisadores**

15 pesquisadores com bolsas Pós-doc do CNPq

7 pesquisadores SEM BOLSAS do CNPq

Propostas Temáticas de Pesquisa

Lista dos Subprojetos

Subprojeto	Título do Subprojeto
1	Uma visão de conjunto das empresas públicas enquanto instrumento de desenvolvimento inclusivo e sustentável – enfoque de “missões” estratégicas
2	Empresas Estatais e Estratégias de Desenvolvimento
3	Sociologia Histórica sobre a trajetória da SEST, sua aderência a projetos de governo e de Estado, seu papel como agente de desenvolvimento econômico e de governança pública
4	A governança das Estatais brasileiras pela Lógica Pública do Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável. Estudo de Caso da Embrapa
5	A Petrobras no atual debate brasileiro: um ensaio sobre os dilemas, desafios regulatórios e institucionais e projeções futuras
6	Desafios do planejamento do setor elétrico brasileiro: como garantir a segurança de abastecimento em um mundo em transformação? Estudo de Caso da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
7	Análise espacial dos Desembolsos do BNDES: descentralização da renda e do emprego nos municípios brasileiros
8	Desenvolvimento Inclusivo e Transição Verde no Brasil – papel das instituições financeira públicas

EIXOS TEMÁTICOS DO PROJETO E PROPOSTAS CONTIDAS NOS SUBPROJETOS

EIXO 1 – GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA PELAS ESTATAIS FEDERAIS

Subprojeto 7 – Análise Espacial dos Desembolsos do BNDES: descentralização da renda e do emprego nos municípios brasileiros

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES TECNOLOGICAS PELAS ESTATAIS FEDERAIS

Subprojeto 4 – Estudo de caso da Embrapa

Subprojeto 5 – A Petrobras no atual debate brasileiro

EIXO 3 – GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS

Subprojeto 3 – Sociologia Histórica sobre a trajetória da SEST – seu papel como agente de desenvolvimento econômico e de governança pública

Subprojeto 8 – Desenvolvimento Inclusivo e Transição Verde no Brasil – o papel das instituições financeiras públicas

EIXO 4 – PAPEL HISTÓRICO DAS ESTATAIS FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Subprojeto 3 – Sociologia Histórica sobre a trajetória da SEST – seu papel como agente de desenvolvimento econômico e de governança pública

Subprojeto 2 – Empresas Estatais e Estratégias de Desenvolvimento

EIXO 5 – ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS-ORGANIZACIONAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS

Subprojeto 1 – Uma Visão de Conjunto das Empresas Públicas enquanto instrumento de desenvolvimento inclusivo e sustentável (missões estratégicas e arquitetura das estatais)

EIXO 6 – ATUAÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS ESTATAIS

Subprojetos 4, 5, 6, 7 e 8 trabalham com empresas estatais dos setores do petróleo, energia elétrica, agricultura e finanças

Subprojeto 1 – Uma visão de conjunto das empresas públicas enquanto instrumentos de desenvolvimento inclusivo e sustentável (enfoque de “missões” estratégicas)

Pesquisadores: Maria Antonieta Leopoldi
Ricardo Bielschowsky
Paulo Roberto Corval
3 bolsas Pós-doutorado

Objetivos

Esta linha do trabalho corresponde ao “subprojeto-matriz” da pesquisa como um todo. Leva em consideração os demais sete sub-projetos mais adiante apresentados e vai trabalhar em alinhamento com as questões teóricas e empíricas de cada subprojeto. Desse modo, tem por objetivo mais geral, estudar as estatais enquanto instrumentos de execução de missões estratégicas do ponto de vista do projeto de desenvolvimento brasileiro, de crescimento com transformação estrutural, inovador em termos tecnológicos, sustentável em termos do clima e do meio ambiente em geral, e socialmente inclusivo.(Mazzucato, 2020, 2021, 2024)

Em fase preliminar de pesquisa, destinada ao delineamento inicial do Projeto, detectamos pouca atenção acadêmica conferida ao exame das estatais brasileiras e do potencial que trazem para o desenvolvimento socioeconômico e para o equilíbrio fiscal e macroeconômico. A preocupação predominante dos trabalhos levantados recai em questões jurídicas específicas (regimes jurídicos das estatais) e problemáticas atinentes aos embates setoriais a respeito das privatizações a partir do início dos anos 1990 e, mais recentemente, a respeito da governança organizacional das estatais.

No cenário recente, os esforços mais significativos, em termos de pesquisa abrangente, à primeira vista, parecem ter sido desenvolvidos por organismos internacionais, em específico a OCDE, o Banco Mundial e o FMI e por agências ligadas ao governo brasileiro, nomeadamente o IPEA e SEST. (IPEA, 2020; OECD, 2020, Thorstensen et al, 2019, Ministério da Economia, SEST, 2021 e MGI, SEST 2024)

Nessa perspectiva, este subprojeto terá os seguintes objetivos:

1. Contribuir para integrar conceitual e analiticamente o conjunto das oito linhas de pesquisa, **com foco central nas “missões públicas” das empresas estatais no Brasil**, entendidas como instrumentos para dar suporte à estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Esse trabalho será feito em conjunto com o Coordenador Geral, Prof. Renato Boschi;

2. Mapear e compreender o processo de desenvolvimento institucional das Estatais Federais e sua interconexão com o direcionamento das missões públicas de desenvolvimento socioeconômico no Brasil; Reunir e sistematizar a legislação relevante, comparando-a com a de outros países;
3. Identificar e mapear as ideias, regras e práticas que moldaram a arquitetura das estatais federais no Brasil, tensionadas, por quatro finalidades recorrentes e interconectadas: (i) a instrumentalização administrativa, para se flexibilizar o enquadramento nas normas administrativas e orçamentárias por meio da adoção de uma roupagem com personalidade jurídica de direito privado; (ii) a instrumentalização econômico-financeira, para, valendo-se da roupagem jurídica mais aproximada da modelagem privada, avançar mecanismos de financiamento e realização de atividades econômicas e serviços públicos com capitais públicos ou com parceria de capitais públicos e privados; (iii) a coordenação de interesses públicos e privados quando montadas estatais de parceria de capitais públicos e privados; (iv) alinhamento ao cenário econômico e político internacional;
4. Realizar um levantamento e análise da bibliografia recente sobre o comportamento das empresas estatais no Brasil, nos âmbitos da normatividade jurídica e das funções que cumprem na economia e na sociedade;
5. Reunir e sistematizar as estatísticas representativas das ordens de grandeza da participação das empresas estatais na economia brasileira, tanto as de controle direto como indireto: patrimônio líquido, valor adicionado, emprego, investimento fixo, participação no comércio exterior, participação no PAC entre outros.
6. Reunir e sistematizar a bibliografia específica que será apresentada pelas nove linhas de pesquisa do projeto nos primeiros meses do trabalho;
7. Acompanhar e apoiar de forma contínua e sistemática os avanços nas demais oito pesquisas do projeto subsidiando o trabalho de coordenação de Renato Boschi;
8. Organizar junto com a Coordenação dois workshops para reflexão coletiva, e elaborar relatórios correspondentes. Contribuir na organização do Seminário Final conclusivo no mês 12 do Projeto, em colaboração com Renato Boschi;
9. Promover uma crescente integração entre as nove linhas do projeto, interagindo em forma continua com a Coordenação Geral;
10. Elaborar como área 1 - dois relatórios parciais e um final e pelo menos um trabalho científico sobre os resultados das pesquisas dessa área.

Metodologia

1. Análise de documentos para realizar uma síntese da legislação/regulação concernente às empresas estatais;
2. Levantamento e análise da literatura relevante sobre empresas estatais federais no Brasil;

3. Análise de dados estatísticos sobre as empresas estatais na economia brasileira;
4. Realizar entrevistas presenciais e virtuais com dirigentes do Ministério de Gestão e Inovação, MGI, e funcionários da SEST e outros agentes relevantes que nos sejam indicados por eles;
5. Realizar pesquisa documental nos arquivos da SEST em Brasília.

Produtos

1. Elaborar Relatórios dos dois “workshops”, como tarefa de colaboração com o Coordenador Geral, Renato Boschi. Esses relatórios indicarão os elementos mais relevantes apresentados nos trabalhos dos workshops. Da mesma forma colaboraremos na sistematização das conclusões do Seminário Conclusivo no mês 12;
2. Preparar dois Relatórios parciais sobre as pesquisas deste Subprojeto 1, descrevendo os avanços das pesquisas;
3. Produzir o Relatório final dos trabalhos de pesquisa do subprojeto 1. Elaboração de um ou mais artigos acadêmicos sobre as descobertas deste subprojeto 1;
4. Trabalho conjunto com o Coordenador Renato Boschi na elaboração do relatório final dos trabalhos com o conjunto de resultados de todas as linhas da pesquisa, a partir da ótica das “missões”. Elaboração de um ou mais artigos acadêmicos sobre os resultados da pesquisa como um todo.

Etapas/Cronograma

Na primeira etapa desta pesquisa de 12 meses, formada pelos meses 1 a 4, desenvolveremos a análise da legislação referente às empresas estatais federais e analisaremos o cenário presente das empresas, seus vários setores de atuação e suas missões. Empreenderemos o levantamento e a análise da produção acadêmica sobre as empresas estatais na última década. Realizaremos duas viagens a Brasília para fazer entrevistas com servidores do Ministério de Gestão e Inovação, responsável pela coordenação das empresas estatais e faremos pesquisas documentais em bibliotecas e na SEST. Participaremos com relatórios parciais de pesquisa do Workshop 1 do Projeto, previsto para o mês 3. Em paralelo, organizaremos junto com a Coordenação Geral do projeto (Renato Boschi) reuniões de alinhamento dos pesquisadores das oito linhas que compõem o projeto e trabalharemos na preparação do Workshop 1, que será presencial.

Na etapa referente aos meses 5 a 8 daremos continuidade à pesquisa, faremos mais uma viagem a Brasília para entrevista e pesquisa em biblioteca e redigiremos textos que darão lugar ao relatório final de pesquisa, com os dados pesquisados até então. Participaremos da organização do Workshop 2, previsto para o mês 7 do Projeto, e ali apresentaremos relatório avaliando os achados de pesquisa obtidos pela pesquisa documental e entrevistas.

Nos meses 9 a 12, última etapa deste projeto, prepararemos o Relatório Parcial 2, previsto no cronograma da pesquisa, e participaremos do Seminário de Conclusão do Projeto, que acontecerá de forma presencial, no mês 12, com apresentação dos trabalhos finais e comentários de consultores externos. Ao final do mês 12, quando terá fim o projeto, pretendemos elaborar um ou mais artigos para publicação em periódicos e apresentaremos os resultados em eventos acadêmicos ao longo dos anos 2025 e 2026.

Orçamento

Serão necessárias 3 viagens a Brasília para dois pesquisadores, com permanência de 2 dias em cada viagem. Total 6 viagens a Brasília e 12 diárias.

Subprojeto 2 – Empresas Estatais e Estratégias de Desenvolvimento

Pesquisadores: Carlos Aguiar de Medeiros (sem bolsa) e
Numa Mazat (bolsa de Pós-doutorado)
Professores do Instituto de Economia da UFRJ

Introdução e objetivos

O planejamento econômico foi uma das características centrais da “Idade Dourada” do capitalismo entre 1950-1980 e em muitas experiências nacionais a intervenção do estado na economia incluiu a formação de inúmeras EE, empresas estatais, (empresas EE que são propriedade ou controladas pelo Estado ([OECD, 2024]) nos commanding heights da economia, especialmente em indústrias intensivas em capital, infraestrutura, energia e financiamento. Embora os Estados Desenvolvimentistas (Medeiros, C.A.; Majerowicz, E 2023) que se afirmaram neste período não podem ser resumidos à mera presença de empresas estatais na economia (o complexo industrial militar dos EUA é um eloquente exemplo desta constatação) estas foram protagonistas essenciais tanto em economias europeias (como por exemplo na França, na Inglaterra e na Itália) como naquelas que a partir de uma posição periférica se industrializaram rapidamente como a Coreia do Sul e Taiwan e na América Latina notoriamente no Brasil. Estas empresas formaram sólida articulação estrutural com as grandes empresas nacionais e internacionais gerando inúmeros vínculos indutores dos processos de industrialização e inovação (Chang, 2003).

A crise do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento ocorrida nos anos 1980 e o colapso da URSS em 1991, configuraram uma nova realidade geopolítica caracterizada pela afirmação dos EUA como única potência mundial e pelo triunfo das visões promovidas pelas organizações de Washington como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional sobre as reformas econômicas predicadas aos países em desenvolvimento, particularmente aqueles imersos em crises externas, assentadas na desregulação, na abertura externa e nas privatizações das empresas públicas (Balassa, 1986).

Os anos 1990 testemunharam uma onda de privatizações que ainda que generalizada foi particularmente intensa entre os países latino-americanos e do Leste Europeu. (Medeiros, 2009). Entre as diversas matrizes teóricas subjacentes à crítica da presença do estado na economia e particularmente dirigidas às empresas estatais estavam as teorias institucionalistas sobre o comportamento das burocracias salientando a incapacidade do ator principal (o público) controlar a ação dos agentes (os burocratas) que de acordo com esta visão se movem segundo seus próprios interesses (North, 1990). Particularmente entre os países em desenvolvimento afirmou-se a proposição de que as empresas públicas além de ineficientes na provisão de bens e serviços geravam uma má alocação de recursos na economia absorvendo subsídios, incentivos e privilégios às custas das receitas públicas gerando rendas de monopólio favorecendo

atividades improdutivas. Como em diversas análises sobre os estados em países em desenvolvimento as intervenções do estado premiavam comportamentos “buscadores de renda” (Chang, 2003). Afirmou-se a proposição de que haveria sempre um efeito de crowding-out decorrente das EE por razões macro e micro e a política industrial vertical e dirigida a setores produtivos passou a ser considerada geradora de ineficiências.

A Crise de 2008, a ascensão da China como potência industrial e as transformações tecnológicas que se afirmaram nas últimas décadas levaram a uma profunda descontinuidade com a visão neoliberal sobre as relações entre o estado e os mercados (Schindler & Rolf, 2024). Desafiados no plano econômico e no plano geopolítico pela ascensão chinesa, deu-se o retorno mais contundente da política industrial e do papel das compras governamentais nos EUA nas duas últimas décadas, (Medeiros, C. A.; Majerowicz, E. 2022). Ao lado do retorno da política industrial que rapidamente se espalhou em diversas economias houve também um retorno de um maior protagonismo da participação do Estado na economia através de fundos soberanos, bancos de desenvolvimento e das EE (Alami, Dixon, 2024^a) e das empresas parcialmente estatais (com o estado detendo ao menos 10% das ações destas empresas). Entre 2000 e 2023 o número de EE entre as 500 maiores empresas passou de 34 para 126 (OECD, 2024). Houve, como documenta o World Bank (2023) uma forte expansão das EE (quer medida pelo valor de mercado das EE, quer por sua participação no PIB). Quando se inclui as empresas parcialmente estatais o capital estatal assumiu importante posição para a acumulação de capital contemporânea. Em tempos de diversificação energética, novos minerais estratégicos (terrás raras) e inovações financeiras, as EE ganharam significativa presença na economia mundial. Alami e Dixon (2024) se referem a um retorno – ou melhor à expansão de um novo do capitalismo de estado (Alami et al. 2024b).

Esta expansão é motivada por alguns movimentos principais como (1) o fracasso em diversos países das privatizações especialmente em áreas de transporte, energia e serviços públicos, levando em inúmeros casos, particularmente em serviços de utilidade pública, a uma desprivatização e retorno do controle público (Kishimoto e Petitjean 2017); (2) o extraordinário êxito da China e o papel central exercido por suas EE; (3) a internacionalização de EE (especialmente em energia) e de fundos públicos de investimento (Cuervo-Cazurra, 2018) e; (4) as novas prioridades de desenvolvimento estabelecidas na maioria das economias associadas à digitalização, e à diversificação energética. Este último movimento sugere que a importância do capital estatal não pode ser considerada como uma forma historicamente datada e circunscrita a um determinado estágio de desenvolvimento, mas um importante instrumento de transformação em tempos de mudança tecnológica (Cardinale, 2018).

A visão predominante do Banco Mundial (World Bank, 2023) sobre esta evolução reconhece que houve no período anterior inúmeras distorções nos processos de privatização ocorridos em muitos países, e que em áreas específicas as EE encontram sólidas justificativas. O Banco defende que estas empresas devem adotar reformas orientadas ao mercado que as tornem semelhantes em eficiência, gestão e comportamento às empresas privadas, que seguem sendo consideradas como o benchmark da eficiência corporativa.

Entretanto, aos poucos emerge deste retorno da política industrial e do reconhecimento da EE como um ator relevante, algumas proposições centrais à literatura clássica do desenvolvimento econômico e das experiências de industrialização do pós guerra, destacando que sua relevância nas estratégias de desenvolvimento (a sua missão como hoje é referida por Mazzucato e Li, 2020) não é consistentemente mensurada por sua rentabilidade e dividendos pagos ao governo como seu acionista, mas na provisão de bens e serviços e indução dos investimentos em áreas que possuem importância estratégica para o bem-estar da população (na saúde como ficou evidente na Covid-19 e na infraestrutura, especialmente na provisão de serviços de utilidade pública), para a inovação (digitalização e economia verde) e para a segurança econômica do país (energia e minerais estratégicos) .

Em tempos de mudança estrutural a sua função de coordenação das políticas estatais (presente quando da difusão da metalmecânica e da energia fóssil no pós-guerra) torna-se crescentemente reconhecida nos dias atuais. Destacam-se entre estas as políticas de compras com conteúdo local, com forte impacto indutor sobre os investimentos das empresas privadas nacionais, a adoção de uma perspectiva de investimento de longo prazo em meio às incertezas decorrentes tanto das tensões geopolíticas quanto das mudanças tecnológicas. Com efeito, foi constatado que na área da energia o papel das EE no esforço inovativo mensurado por patentes era superior ao das empresas privadas (Cardinale, 2018).

Em linha com esta perspectiva, objetiva-se examinar neste trabalho a relevância contemporânea das EE (definidas pelo controle majoritário do governo) e do protagonismo do estado como investidor (a participação do estado como acionista relevante nas empresas privadas) a partir de algumas experiências nacionais tanto em países industrializados como França e Coréia do Sul bem como em países com forte processo de mudança estrutural, notavelmente a China, Índia e Indonésia, entre os países asiáticos. O objetivo a ser perseguido não se resume a descrever esta atuação, mas buscar identificar a racionalidade e objetivos de sua expansão e sobretudo a forma específica em que o capital estatal se articula com as demais políticas de governo como instrumento do processo de mudança estrutural em curso.

Produtos

Objetiva-se produzir dois relatórios parciais e um final. O relatório final possivelmente já será no formato de trabalho científico, e examinará a presença das EE e sua importância macro e microeconômica nos processos de mudança estrutural presentes hoje na economia mundial contemporânea com particular referência às experiências da França, Coreia do Sul, China, Índia e Indonésia. Serão feitos, ao final do texto, considerações sobre as lições da experiência internacional para o caso brasileiro, tendo em conta as análises trazidas pelas outras linhas de pesquisa do projeto do INCT/PPED sobre empresas estatais no Brasil no qual se inscreve este subprojeto.

Metodologia

Este texto se baseará em uma revisão da literatura acadêmica relevante sobre a presença e expansão das EE na economia mundial contemporânea e de documentos, análises e relatórios sobre sobre algumas experiências nacionais.

Etapas/Cronograma

Etapas	Meses 1-3	Meses 4 -9	Meses 10-12
Atividades	Levantamento e resenha bibliográfica	Estudos das estatais em países selecionados, elaboração de relatório parcial no mês 7	Discussões sobre os resultados, da pesquisa, elaboração e discussão do segundo relatório parcial, elaboração do relatório final

Subprojeto 3 – Sociologia histórica sobre a trajetória da Sest, sua aderência a projetos de governo e de Estado, seu papel como agente do desenvolvimento econômico e de governança pública

Responsável: Maria Celina Soares D'Araujo, pesquisadora visitante da PUC-Rio. (Bolsa)

Nota: a responsável é bolsista 1B do CNPq até 2026 e se compromete a renunciar a esta bolsa quando o projeto for implementado.

Objetivos

Conforme anunciado no título e no projeto, o objetivo principal é recompor, por meio de uma análise de sociologia histórica, as várias facetas de um órgão de controle de estatais que surgiu ainda durante a ditadura, as mudanças pelas quais passou em sua modelagem institucional e seu impacto positivo no debate e nas ações do governo e das estatais visando ao desenvolvimento econômico - como debate e como prática. Em resumo, o estudo tem a opção de fornecer insumos para debates *policy oriented*.

Assim, vamos analisar:

- os objetivos e as ações do órgão durante a ditadura com breve retrospectiva sobre governos Vargas e Geisel, governos desenvolvimentistas.
- adequação e ou reformulação de seus objetivos e metas de acordo com os programas de cada governo, especialmente PT e PSDB.
- reorientação do órgão para os assuntos de responsabilidade social e governança.
- ancoragem da Sest em temas de conteúdo exemplar para governança de empresas públicas e privadas.
- papel do órgão para fomentar a participação social e práticas democráticas.
- contribuição da Sest para o tema das estatais, independentemente da quantidade e da área de atuação de empresas desse tipo.
- como objetivo ordenador, temos a tese de que companhias estatais fazem parte da cultura popular e do imaginário político da sociedade brasileira, ainda que por razões algumas vezes diferentes

O papel do Estado na economia, em termos políticos e teóricos, é tema recorrente, pelo menos desde que a primeira revolução industrial começou na Inglaterra. Criar infraestruturas e empreender grandes investimentos visando crescimento e riquezas mobilizou diferentes estratégias. Modelos de capitalismo são forjados, bem como, posteriormente, modelos de socialismo. No mundo ocidental tivemos momentos em que o Estado ganhou proeminência e o mercado foi demonizado e outras em que o inverso ocorreu. Essa discussão nunca foi tão importante quanto depois da crise financeira mundial de 2008, momento em que questão da desigualdade já se colocava como problema universal tornando a discussão sobre o futuro do capitalismo ainda mais sensível (Bresser Pereira, 2010 e Lapavitsas, 2023).

O Brasil, país retardatário no desenvolvimento, em particular o industrial, produziu e ainda produz um amplo debate sobre o tema desde, pelo menos, os anos 1920 com a extração do ferro e posterior criação da empresa Itabira Iron (Carvalho 2024). O nacionalismo econômico estatizante ganhou folego ideológico à esquerda e à direita a partir de meados dos anos 1940, desta feita, indo além da disputa por recursos naturais como o petróleo, mas envolvendo o arcabouço industrial necessário para o desenvolvimento do país (D'Araujo, 2024).

Recursos naturais, indústria leve e pesada e infraestrutura de energia e transporte transformaram-se desde então nos eixos fundamentais para discutir o desenvolvimento brasileiro em bases sólidas para a emancipação nacional. Por certo isto não acontecia sem contestação. Os defensores do predomínio do mercado nunca deixaram de existir, e esse tema conflitivo chegou a eliminar presidentes (Getúlio Vargas e João Goulart). Entenda-se, portanto, que nessa relação Estado-mercado, a política acelera, retarda ou adia a discussão com poder de voto ou manobras retardatárias, dependendo da aliança política que esteja no poder.

Quando o debate sobre desestatização começou no Brasil nos anos 1970, ainda dentro do governo militar, os argumentos contábeis predominavam. A crise do Estado era um fenômeno global e entendeu-se que o Estado brasileiro precisava maximizar recursos para enfrentar os desafios do déficit público e da dívida externa. Entendia-se ainda que deixando de investir em estatais o país poderia dirigir recursos para demandas mais essenciais. De fato, isso não ocorreu bem assim (IPEA Texto para discussão n. 422).

O tema envolve hoje, de um lado, a defesa do estatismo, com forte apelo popular e se constitui em plataforma para partidos de esquerda. De outra parte, a polarização política dos últimos anos acentuou nas direitas e nos liberais democratas a defesa do mercado. Com o revezamento nas coalizões do governo produziu-se um pêndulo, ou melhor, uma descontinuidade das políticas afeitas à estatização e privatização.

De fato, estatais existem em praticamente todos os países, em diferentes regimes e níveis de abrangência territorial. A Noruega é o país com mais estatais entre os países da OCDE, quase todas voltadas para recursos naturais. Essas empresas controlam 35% do volume de ações na bolsa de valores. A China, por sua vez, é o país com mais estatais, que respondem por cerca de 40% do PIB do país e 20% da mão de obra.

Ainda segundo o Fortune Global 500 (2022) a China tinha 115 das 500 maiores empresas do mundo e 99 delas eram estatais. Os Estados Unidos por sua vez tinham

121 das maiores empresas do mundo e todas eram privadas. Empresas estatais também proliferavam em regiões mais pobres. Na África, por exemplo, existiam 118.

Portanto a proporção de empresas estatais não mede a prosperidade de um país e não pode servir como requisito indispensável para o desenvolvimento. No entanto, as empresas do governo têm sido um recurso importante para alguns países, entre eles o Brasil, em setores considerados estratégicos ou inovadores. Podem produzir serviços essenciais mais baratos, criar mais empregos para a população, explorar novos recursos naturais, avançar em novas tecnologias, controlar riquezas nacionais, enfim, ser fator de desenvolvimento.

Na contramão, empresas estatais podem exigir aumento de taxas para financiá-las, ser fontes de corrupção, tornar-se fonte de influência política predatória. Isso acontece quando não há regras eficazes de governança. Por isso, seguindo exigências internacionais, as estatais devem seguir padrões corporativos que passaram a ser exigidos em todos os países desenvolvidos, ou seja, introduziu-se a questão da governança (Miążek, 2021).

Embora existam várias definições de governança, pois o conceito é plástico e tem que se moldar às necessidades de cada país, em geral, pode-se dizer que algumas características são necessárias e universais e estão relacionadas à forma como o Estado estabelece o gerenciamento da economia, dos recursos naturais e do desenvolvimento.

Pensando num cenário ideal, o conceito de governança para as empresas estatais deveria incluir características como:

- *Participação*, direta ou indiretamente, liberdade de associação e sociedade civil organizada.
- *Estado de direito*, ou seja, estrutura legal praticada com imparcialidade, direitos humanos, em especial de minorias, independência do Judiciário e polícias responsáveis.
- *Transparéncia* para que as decisões, financeiras ou não, sejam tomadas de acordo com leis e regulações em vigor, com liberdade de informação e divulgadas de maneiras ampla e de fácil acesso.
- *Responsabilidade* para dar respostas aos interessados no tempo previsto e para lidar com os recursos públicos.
- *Busca de consensos* na discussão sobre interesses nacionais, de grupos, culturas e minorias de forma a chegar a um entendimento que conte com todos.
- *Igualdade e inclusão* na participação, não permitir exclusões, garantir que as pessoas possam ter condições de discutir e se pronunciar sobre seu bem-estar.
- *Efetividade e eficiência* nos resultados financeiros e na provisão de bens.
- *Sustentabilidade*, levando em conta o desafio das boas condutas ambientais.

A qualidade da governança no Brasil se dá de maneira ainda insípida, como parte de um aprendizado da última década quando várias denúncias foram feitas quanto a usos

políticos indevidos dos recursos de algumas estatais, o que produziu ampla ressonância internacional.

Não por acaso em 2016 foi aprovada a Lei 13.303 disposta sobre o estatuto jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Nesta Lei a palavra governança é citada nove vezes. Desde então ampliaram-se a disseminação de índices de governança corporativa em empresas públicas e privadas e na atuação de governos (OCDE,2020).

O foco na governança corre paralelo ao debate sobre mais ou menos Estado nos investimentos econômicos. Torna-se premente, portanto, pensar a forma e os controles que existem para acompanhar e avaliar esses investimentos no país. Ou seja, a questão é como fazer com que empresas estatais sejam particularmente exemplares em gestão, meio ambiente e responsabilidade social. Em função disso, o projeto pretende partir do cenário atual das empresas estatais no Brasil, conhecer os planos de mudança de algumas empresas relevantes que podem servir como amostra para uma análise mais extensa e sugerir caminhos a serem trilhados por outras congêneres, estatais ou privadas.

Neste caso as estatais escolhidas devem já estar praticando regras de responsabilidade social, transparência, avaliações internas contínuas, gestão de riscos, auditorias, entre outros requisitos. Entende-se que este estudo deve colaborar para aprimorar esses aspectos em outras empresas públicas, em particular, os mecanismos que garantam a equidade de gênero, em termos quantitativos e remuneratórios, e que existam instâncias seguras para que assédio sexual e moral possa, de fato, ser debatido ou denunciado nos espaços do serviço público e das estatais. Estas e as demais questões tornam-se tão mais cruciais quando se trata de reverter estatizações e privatizações, usando apenas os argumentos dos custos econômicos.

O trabalho foca também no papel da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, regulamentada pelo Decreto n. 8.818 de 21 de julho de 2016. Vindo dos anos 70, esse órgão havia passado por sete mudanças de nome ou de inserções nos espaços de governo. O regulamento de 2016 levou os objetivos da instituição para além de assuntos contábeis, patrimoniais, administrativos ou de planejamento, introduzindo a questão da governança das empresas estatais. Nestes casos as estatais devem cumprir regras de responsabilidade social, transparência, avaliações internas contínuas, auditorias, gestão de riscos, entre outros requisitos.

A Lei de 2016 criou um Índice de Governança, mas para os propósitos do projeto entende-se que a governança deve existir como valor e não apenas como uma métrica formal para aferir comportamentos e ações. Entre eles a qualidade dos investimentos públicos, particularmente quando se trata de reverter estatizações e privatizações.

Etapas/Cronograma

Na primeira etapa, preferencialmente com ajuda de auxiliar, faremos a revisão geral da literatura sobre governos e estatais. Neste aspecto, faremos um breve estudo comparativo dos governos Vargas e Geisel, classificados como desenvolvimentistas, e os

recursos Institucionais que usaram para regular o papel do Estado na economia. Neste aspecto, a pesquisadora responsável já possui capital de conhecimento acumulado - ver seu Lattes.

Esta etapa deve envolver quatro meses.

Faremos também retrospectiva da emergência do tema das empresas estatais como núcleos do desenvolvimento vis a vis o papel do mercado.

Na segunda, também de quatro meses, entramos no caso específico da Sest, como instituição formalmente consolidada, visando ao cumprimento dos objetivos e a confecção dos produtos listados acima.

Na terceira, elaboramos o relatório final, bem como revisaremos relatórios parciais. Ao longo do período, teremos reuniões mensais com toda equipe do projeto e dois workshops parciais ao fim dos dois primeiros quadrimestres. Ao final dos 12 meses, o seminário de encerramento.

Produtos

O produto principal irá fornecer análises de qualidade que propiciarão a formulação de textos *policy oriented* para o presente e o futuro.

Produtos paralelos serão textos que apontarão para armadilhas fáceis na construção e/ou desconstrução da importância do Estado no desenvolvimento econômico.

Um paper vai analisar o assunto associando a qualidade e intensidade de sua ação em tempos de democracia e de ditadura.

Um segundo paper, centrado no período democrático, vai articular o tema das estatais e sua ação em crises políticas e econômicas e nas respostas dadas pelos partidos no poder.

Finalmente o paper síntese, final, tem intenção de, à luz dos papers anteriores, mostrar a centralidade da Sest como guia de ação para o futuro, mostrando sua necessidade técnica e formal, sua centralidade como eixo para a defesa de valores democráticos no uso de recursos públicos e para a difusão de práticas de governança que envolvem necessariamente a interface entre objetivos endêmicos e outros de participação e democratização social.

Metodologia

A metodologia supõe uso de recursos variados. Além da análise bibliográfica acadêmica com as principais contribuições sobre o tema, teremos consultas a fontes primárias tais como biografias e entrevistas já existentes e de outras a realizar. Também usaremos arquivos Institucionais da Sest e dos ministérios aos quais ficou conectada, caso haja a devida autorização.

Usaremos dados comparativos para o caso de vários governos brasileiros e também algumas comparações internacionais, quando necessário.

Nossas fontes serão, portanto, bibliográficas, primárias e documentais num sentido amplo.

Orçamento

Prevemos a realização de dez entrevistas, seis em Brasília e quatro em São Paulo. Nessas viagens a Brasília, faremos consultas a arquivos da SEST. As 4 viagens para São Paulo envolverão entrevistas com ex-dirigentes da Sest. Total de diárias: 18.

Subprojeto 4 – A Governança das Estatais Brasileiras pela Lógica Pública do Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável. Estudo de caso da EMBRAPA

Pesquisadores: Ana Célia Castro (sem bolsa)
Petula Ponciano (sem bolsa)
Eduardo Mattos (sem bolsa)
Paulo do Carmo Martins (com bolsa)
Adriana Vieira (com bolsa)

Introdução

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é conhecida pelo indiscutível papel desempenhado no desenvolvimento da agricultura brasileira transformando o país numa potência agrícola mundial, que se encontra na liderança internacional da agricultura tropical de baixo carbono.

O reconhecimento do seu papel estratégico no desenvolvimento brasileiro compreende não apenas suas conquistas tecnológicas, na fronteira do conhecimento, através da combinação das ciências ômicas com a digitalização da agropecuária, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental, às exportações brasileiras de alimentos e matérias-primas, transformando o agronegócio em um dos pilares da economia brasileira, responsável por uma parte significativa do PIB. E, finalmente, pela contribuição à redução da pobreza e da fome, através de programas e produtos direcionados à agricultura familiar e às novas formas de produzir menos agressivas ao meio ambiente como a agroecologia, carne carbono zero, e o manejo de florestas.

“O planejamento e a consequente formulação de um Plano Nacional de Pesquisa Agropecuária, um robusto programa de capacitação de pessoal em nível de pós-graduação, a flexibilidade administrativa, a construção de um modelo institucional definidor de prioridades e recursos, a busca permanente por financiamentos alternativos, o relacionamento com as universidades e instituições estaduais de pesquisa (com a coordenação do SNPA- Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária), o contato com os produtores rurais e suas entidades de representação, a difusão e transferência de tecnologias, a mobilização do setor privado, bem como a preocupação com a transparência e a prestação de contas constituíram alguns dos fatores que garantiram a afirmação e a consolidação da EMBRAPA.”¹

¹ SNPA, Grupo de Estudos Avançados de Aprimoramento do Sistema Nacional e Pesquisa Agropecuária. Relatório Executivo. Silvio Crestana, Ana Célia Castro, Roberto Rodrigues, Luís Carlos Guedes Pinto, Pedro Camargo Neto.

Objetivo geral

O presente projeto tem como objetivo investigar de que maneira a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) pode projetar-se, por meio da construção de cenários prospectivos e da definição de uma visão estratégica de futuro, como um agente fundamental na promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável, tanto no presente quanto no futuro. Busca-se, ainda, compreender o papel da EMBRAPA na redução da fome e da pobreza, com ênfase em sua atuação no campo da inovação tecnológica. A governança dessa estatal será analisada à luz de uma lógica pública que integra e articula objetivos econômicos, sociais e ambientais, de forma a maximizar seu impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Objetivos específicos

1. Mapear as iniciativas de cenários prospectivos e suas principais conclusões, incluindo a capacitação para os futuros recentemente desenvolvidos pela EMBRAPA. O mapeamento não se limita à sede da empresa, mas pretende avaliar a capilaridade das ações desenvolvidas nas unidades descentralizadas.
2. Identificar o “road map” existente para a implementação das sugestões do Grupo de Estudos Avançados de Aprimoramento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, e o que foi desenvolvido pelos grupos de trabalho internos organizados com esse objetivo. O road map pretende avaliar os grandes temas da fronteira tecnológica, o modelo de gestão, as diretrizes da governança da EMBRAPA, o marco jurídico, e o financiamento de longo prazo através de instrumentos de “blended finance”.
3. Mapear as principais parcerias com os setores público e privado, e as redes de colaboração da EMBRAPA. Avaliar os atuais consórcios de produtos e demais inovações organizacionais introduzidas, e sua permanência ou não, face aos desafios do futuro.

Finalmente, contribuir para a disseminação dos resultados da pesquisa sobre a EMBRAPA.

Abordagem Metodológica

1. Pesquisa documental: relatórios da Embrapa, indicadores de desempenho, publicações acadêmicas, documentos sobre os recentes trabalhos de construção de cenários prospectivos.
2. Realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, pesquisadores, na sede e em unidades descentralizadas consideradas estratégicas, para avaliar a participação dos pesquisadores nas etapas da construção de estratégias e visões de futuro.
3. Construir indicadores para a análise de conteúdo e para validar as conclusões do estudo.

Produtos

1. Artigos científicos detalhando o papel da EMBRAPA no desenvolvimento sustentável.
 - 1.1. Os exercícios de futuros – cenários prospectivos, tendências fortes, e incertezas críticas para o sistema agroalimentar mundial;
 - 1.2. Estratégias para a Embrapa – rodas de futuro para horizontes temporais definidos (5, 10, 15, 20, 25 anos). A Embrapa em 2050.
 - 1.3. Road map para implementação de recomendações de política científica e tecnológica, arquitetura institucional e estrutura de governança.
2. Relatório com recomendações para políticas públicas e aprimoramento da governança da EMBRAPA.
3. Material de divulgação voltado para stakeholders e sociedade civil.

Cronograma

Etapa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Revisão bibliográfica	X	X										
Planejamento metodológico	X	X										
Coleta de dados		X	X	X								
Análise de dados				X	X	X						
Elaboração de produtos (1.1, 1.2, 1.3)							X	X	X	X		
Relatório de Recomendações Síntese									X	X	X	
Validação e disseminação											X	X

Considerações Finais

O projeto contribuirá para uma melhor compreensão do papel das estatais, especificamente do papel da EMBRAPA, na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil, com ênfase no potencial transformador por meio da inovação tecnológica. Os resultados servirão como base para recomendações estratégicas de aprimoramento da governança e da gestão pública.

Subprojeto 5 – A Petrobras no atual debate brasileiro – Um ensaio sobre os dilemas, desafios regulatórios e institucionais e projeções futuras

Pesquisadores: Helder Queiros – Instituto de Economia UFRJ (com bolsa de Pós-doutorado) e Flavine Mendes – pesquisadora do INCT/PPED (sem bolsa)

Introdução

Não obstante o processo das desestatizações, considerado um dos principais instrumentos de reforma do Estado nas décadas de 1980 e 1990, as estatais permanecem desempenhando importante papel nas economias nacionais, por meio da implementação de políticas públicas, oferta de bens e atendimento aos interesses difusos da sociedade (controlador indireto).

A esse respeito, com o olhar voltado ao setor de energia, a Petrobras, considerada maior empresa de petróleo no Brasil, goza de proeminência no desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país. Desde sua criação, o volume de investimentos com redução da importação de óleo bruto e derivados contribuíram para seu destaque como indutora potencial do desenvolvimento econômico.

Como breve menção histórica, o petróleo, a partir do pós-guerra, tornou-se elemento vital das bases desenvolvimentistas, notadamente no que se refere à modernização da industrialização. Na trajetória brasileira, a indústria petrolífera foi considerada atividade estratégica para a economia e segurança nacional. A partir da era Vargas, o monopólio estatal do petróleo tornou-se foco do debate nacional, com todas as atividades de exploração, produção e refino, incluindo-se, ainda, a petroquímica – com sua capacidade de atuação direta na infraestrutura necessária para o desenvolvimento, modernização e diversificação da base industrial no país.

Desde então, a Petrobras foi assumindo vários perfis comportamentais na trajetória econômica brasileira que, em maior ou menor grau, acabam por refletir nos compromissos políticos da empresa. Na prática, esses perfis eram facilmente identificados diante do grau de intervenções no domínio econômico.

A partir da legislação que viabilizou a abertura do mercado de petróleo e criação da ANP (Emenda Constitucional 09/1995 e Lei 9487/1997), foi ampliado o fluxo de investimentos nas atividades voltadas à exploração e à produção. Na prática, empresas nacionais ou internacionais, sob cumprimento rigoroso de normas e condições técnicas e jurídicas, podem realizar atividades de exploração, produção, transporte, refino, importação e exploração de petróleo no país. Nestes moldes, o desenvolvimento de um ambiente de livre mercado sob o paradigma regulatório provocou significativas

mudanças na estrutura econômica. As parcerias tornaram-se constantes: *joint ventures* e outras associações empresariais passaram a ser realizadas como estratégia de diluição de custos, incertezas e riscos incidentes.

Independentemente da entrada de novos players no mercado, a Petrobras não deixou de ser a grande protagonista no setor petrolífero brasileiro. Todavia, no rol dos efeitos deletérios, foi observada redução dos elos que interligavam a Companhia aos fornecedores domésticos.

É mister reconhecer, contudo, que a abertura de mercado e a possibilidade de formação de consórcios com companhias petrolíferas nacionais e/ou estrangeiras permitiu a ampliação dos horizontes de exploração petrolífera, permitindo a repartição de riscos, custos e ganhos. O resultado mais concreto desse processo foi a descoberta do pré-sal, em 2007, e que se constitui atualmente na principal fonte de produção de petróleo no Brasil.

Não obstante o longo processo de acertos e retrocessos que marcaram os 70 anos da estatal, muitos esforços têm sido empregados na reformulação de estratégias que permitam que a Petrobras se mantenha relevante na economia, tendo como pilares: i) política de preços e lógica de reajustes; ii) ampliação de escopo na era de transição energética e na promoção da descarbonização da matriz energética nacional; iii) protagonismo na nova política industrial com realce à política de compras e fortalecimento de elos entre a estatal e fornecedores domésticos; iv) retomada de investimentos, inclusive em fontes renováveis (eólica, off shore, hidrogênio e mercado de carbono); v) ampliação das fronteiras energéticas; vi) ampliação da capacidade de exploração e produção.

Esse complexo de fatores imprime desafios, particularmente quando se tem em mente que a Petrobras é a empresa com maior valor de mercado do Brasil e a mais emblemática do país em função de vários fatores (polêmicas e disputas).

Objetivos

Com o olhar na pauta desenvolvimentista “estatais a serviço do desenvolvimento inclusivo sustentável”, pretende-se, como objetivo geral, revisitar o marco regulatório da indústria de petróleo, a partir do exame dos fatores listados acima e aferindo as principais tensões e desafios que se projetam na atualidade. Ademais será examinada em detalhe a pauta de compromissos futuros (política de preços, compromisso com meio ambiente, investimentos, compras nacionais, maximização da exploração e produção, inovações tecnológicas) em linha com as missões institucionalmente desenhadas, sem perder de vista o grau de maturidade da política pública regulatória (grau de liberdade na atuação com outros agentes, principais barreiras e dificuldades que se projetam no dia a dia) na geração de resultados promissores e sustentáveis à modernização do setor de energia.

Para o alcance dessas providências, se faz imprescindível o resgate do processo histórico para fins de compreensão da trajetória das políticas petrolíferas; a análise do estágio de desenvolvimento na atividade de exploração de petróleo em águas profundas

e seus reflexos no âmbito internacional; análise do modelo de gestão compartilhada (impacto das alterações econômicas internacionais nas metas da companhia; desafios técnicos, políticos, legais e regulatórios enfrentados para transição energética; análise das mudanças jurídicas, institucionais e na governança para fins de reorientação da estatal aos objetivos nacionais (originalmente erigidos); desafios que se projetam à operacionalização da sua missão como estatal, “condutora da política industrial”, prover rentabilidade aos acionistas e garantir o abastecimento nacional; aferição da maturidade em termos de equilíbrio entre os objetivos macroeconômicos e interesses microeconômicos; suficiência da regulação em determinados setores para efeitos de retomada de investimentos; nível de comprometimento do mercado (oportunidades para indústria nacional).

Para tal, será igualmente examinado o contexto de relações institucionais a ser estabelecido entre a Petrobras, a agência reguladora (ANP) e o Poder Executivo (Ministérios de Minas e Energia, principalmente, e demais ministérios afins).

Metodologia

Como procedimento metodológico, será empregado o método qualitativo com o uso das técnicas de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Segundo Denzin e Lincoln (2011), a pesquisa qualitativa localiza o pesquisador no mundo, permitindo explorar contextos fáticos em uma série de representações (notas de campo, entrevistas, conversas, registros, além de outras fontes). A abordagem é predominantemente interpretativa. A rigor, para a adequada exploração dos desafios e projeções futuras, é premente a compreensão dos contextos, fenômenos interligados, sem prejuízo das significações atribuídas pelos players do setor.

Em prosseguimento, necessário se faz o manejo da técnica de pesquisa documental para análise criteriosa dos documentos oficiais da Petrobras (boletins, planos estratégicos, indicadores de desempenho, relatórios, decisões), assim como documentos emitidos pela Agência Nacional de Petróleo e Ministério de Minas e Energia, sem prejuízo de outros que se façam relevantes para compreensão das diferentes práticas regulatórias no setor de energia e trajetórias percorridas nos desafios atinentes à transição energética.

Em algum momento, diante da complexidade de alguns fenômenos em pauta, nomeadamente “zonas de tensão”, será pertinente, realização das entrevistas semiestruturadas, lembrando que perguntas com viés mais flexível tendem facilitar a conexão das matérias e pilares estudados com os players do setor de energia.

Produtos

Serão elaborados dois relatórios parciais, um relatório final. Este último poderá ser escrito em formato de artigo científico, ou, alternativamente, um artigo científico será redigido a posteriori ao relatório final.

Cronograma

Etapas	Meses 1 a 3	Mês 4	Meses 5 a 7	Meses 8 a 10	Meses 11 e 12
Levantamento bibliográfico	X				
Matriz teórica	X	x			
Fichamentos		x			
Coleta de fontes		x			
Organização de entrevistas e aplicação			x		
Tabulação de dados			x		
Redação de relatórios		x		x	x
Revisão final					x

Orçamento

A pesquisa requer uma bolsa pós doutorado sênior para um dos pesquisadores. O trabalho de pesquisa inclui a realização de entrevistas online e presenciais no Rio de Janeiro e em Brasília. Para as reuniões a serem realizadas em Brasília, o orçamento deverá contemplar duas passagens aéreas Rio-Brasília e quatro diárias (duas diárias para hospedagem para cada pesquisador). Total: 4 passagens e 4 diárias.

Subprojeto 6 – Desafios do planejamento do setor elétrico brasileiro: como garantir a segurança de abastecimento em um mundo em transformação? Estudo de caso da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

Pesquisadores: Thadeu Rocha – Pesquisador do INCT/PPED (com bolsa)
Clarice Ferraz – Instituto de Química UFRJ (com bolsa)

Introdução

O setor elétrico mundial tem passado por uma nova onda de profundas transformações. Nos anos 90, houve uma série de reformas institucionais que inauguram o fim dos monopólios estatais e abrem o setor à concorrência.

Inspirados no modelo inglês, que desverticaliza as atividades, separando os setores de geração, transporte (transmissão) e distribuição, em diversos países, surgem novas instituições e novos atores setoriais. Um marco institucional é a introdução de agências independentes de regulação (técnica e econômica) com a atribuição de zelar pelo equilíbrio entre os objetivos do Estado, dos agentes de mercado e dos consumidores, em uma intricada indústria de rede, com segmentos de monopólio natural.

As profundas mudanças institucionais foram pensadas em um contexto muito distinto do atual. O advento da crise climática e o rápido agravamento dos eventos extremos engendrou a necessidade de se descarbonizar as atividades produtivas.

Esse diagnóstico representa um enorme desafio para o setor de energia, posto que, globalmente, cerca de 80% das emissões poluentes provém do setor energético (IPCC). Com efeito, a descarbonização da matriz energética demanda uma radical transformação da base de recursos que compõe a matriz energética mundial, de fóssil para livre de emissões poluentes. Essa transformação constitui o que foi cunhado como transição energética. O relatório World Energy Outlook 2024 da Agência Internacional de Energia (AIE) afirma que essa profunda transformação nos trouxe à “Era da Eletricidade”.

A necessidade de se reduzir a participação de combustíveis fósseis implica na eletrificação de diversos usos energéticos, provocando um forte aumento do consumo de eletricidade. Este esforço tem aumentado no mundo inteiro a participação da geração de eletricidade a partir das fontes eólica e solar, que não são despacháveis, pois dependem da disponibilidade de vento e de sol. A entrada em larga escala dessas novas fontes também inaugurou o advento da geração descentralizada de eletricidade, com

consumidores sendo capazes de gerar sua própria eletricidade e reinjetar nas redes o que não consumirem.

Essas inovações disruptivas transformaram radicalmente o setor elétrico, trazendo enormes desafios para a operação e o planejamento setoriais para garantir a segurança de abastecimento. Este contexto reforça o papel dos Estados Nacionais de planejar e formular políticas energéticas capazes de garantir a provisão de energia para as atuais e futuras gerações.

A questão é crucial para o desenvolvimento econômico e social. O setor elétrico é elemento estruturante essencial para todas as demais cadeias produtivas, assim como para as famílias, tendo parcela expressiva nos custos produtivos e nos orçamentos domésticos.

Além disso, a transformação tecnológica em curso tem importantes impactos financeiros e geopolíticos. A transição energética justa exige a garantia de acesso à energia limpa e sustentável, como descrito nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS 7).

Em diversos países, a política industrial tem apoiado empresas subvencionando gastos energéticos e oferecendo estímulos para a adoção de novas tecnologias voltadas à descarbonização de suas atividades produtivas.

Os elevados gastos fiscais e a perda de competitividade de setores grandes consumidores de energia têm sido compensados por restrições comerciais, como o Carbon Board Adjustment Mechanism, na União Européia, e o Inflation Reduction Act, nos Estados Unidos, alegadamente criadas em prol da defesa do meio ambiente.

No Brasil, as recentes e cada vez mais frequentes interrupções de abastecimento mostram que excesso de oferta de renováveis não é suficiente para garantir a segurança de abastecimento e que temos desafios relativos à operação e resiliência no setor.

Concomitantemente, é digno de nota a trajetória crescente dos preços de eletricidade que de forma recorrente se dá acima da inflação, pressionando os custos produtivos e os orçamentos das famílias. Dado que a inflação é uma variável crítica para as projeções fiscais, o planejamento da oferta e dos preços futuros de energia constitui um esforço importante para o Estado Brasileiro.

A competitividade da indústria brasileira com respectivo aumento do valor agregado da transformação industrial está associada à segurança de abastecimento energético e seus respectivos custos, prioridade de qualquer política energética. A esses desafios se somam os relacionados à sustentabilidade da matriz elétrica. O equacionamento desses três objetivos tem aumentado o debate em torno do papel do Estado no setor de energia, a provisão de financiamento para as transformações necessárias e o papel da política industrial.

No contexto global, torna-se oportuno observar ações dos Estados Nacionais associadas à preocupação com a segurança do abastecimento e custos associados. A França, a despeito de sua administração com fortes restrições fiscais, reestatizou a EDF. A Alemanha esteve em negociações com o governo holandês para adquirir parte

de suas linhas de transmissão, a fim de garantir o nível de investimentos necessários à sua modernização. Já o Reino Unido criou recentemente a Great British Energy uma nova empresa pública destinada a acelerar os investimentos em energias limpas e a acelerar a transição energética em seu território.

A estrutura adotada deve ser capaz de promover a descarbonização, o uso eficiente dos recursos energéticos, assim como investimentos em novos equipamentos e em geração de novas tecnologias.

Esse processo é de alta complexidade, pois envolve a coordenação entre diversos segmentos, tais como fornecedores de máquinas e equipamentos, indústria da construção pesada, serviços de engenharia, fornecedores de combustível (indústria de óleo e gás natural e cadeia de beneficiamento do urânio), companhias de geração, transmissão, distribuição, comercialização, além de autoprodutores, produtores independentes, consumidores, investidores (com destaque para fundos de pensão nacionais e internacionais, fundos de investimento de porte global e fundos soberanos), bancos, centros de pesquisa, universidades, legisladores, formuladores de políticas públicas, reguladores, Judiciário, dentre outros.

As interações entre os diferentes segmentos, muitas vezes ocorre através de intensa disputa de interesses na busca por benefícios na formulação de políticas setoriais. **O papel do Estado, através da estruturação do planejamento energético integrado, é crucial para o sucesso dessa missão.**

Neste contexto, é preciso pensar o processo de transição energética brasileira, como elemento relevante no planejamento elétrico de longo prazo, notadamente nas peças de planejamento de longo prazo realizados pela **Empresa de Pesquisa Energética – EPE** para orientar as ações do Ministério de Minas e Energia – MME.

Objeto da Pesquisa

No contexto brasileiro, a União tem competência privativa para legislar sobre o setor de energia, o que traz responsabilidades em relação à universalização do acesso ao longo do território nacional, planejamento da oferta de curto, médio e longo prazo, administração das concessões e observância dos custos da energia elétrica para os consumidores finais.

Vimos acima como a provisão da energia elétrica envolve o encadeamento entre diversos segmentos que envolvem atores financeiros, da indústria, das universidades, da classe política, reguladores assim como muitos outros setores.

Cada um dos agentes atua na defesa dos seus interesses na formulação de políticas setoriais, na influência sobre planejamento energético de curto, médio e longo prazo, na demanda de subsídios, criação de tributos, encargos, na indução relativa à dinâmica da matriz elétrica, nas políticas seletivas de fomento, além de atuarem na regulação das relações econômicas entre os agentes que atuam nos estágios de geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final.

Os segmentos de transmissão e distribuição são intensamente regulados por serem considerados “indústrias de rede”, com características de monopólio natural em determinado espaço geográfico. Isto faz com que os custos de referência, as receitas permitidas e as tarifas finais sejam objeto de manifestação da agência reguladora. Concomitantemente, as concessões de geração também trazem obrigações em relação à prestação de serviços durante o horizonte dos contratos.

O objeto de pesquisa consiste na atuação da EPE como instituição chave no planejamento elétrico brasileiro, através da elaboração do Plano Decenal de Energia (PDE) e do Plano Nacional de Energia (PNE).

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE foi criada por meio de medida provisória convertida em lei pelo Congresso Nacional - Lei 10.847, de 15 de março de 2004, e a efetivação se deu através do Decreto 5.184, de 16 de Agosto de 2004. Sua finalidade consiste em prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia (MME) na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, cobrindo energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados e biocombustíveis.

O trabalho incluirá a avaliação das transformações institucionais, tecnológicas e econômicas em curso, trazendo reflexões sobre a capacidade do país de garantir a segurança energética para as atuais e futuras gerações.

Questões de Pesquisa

Dentre as questões de pesquisa, destacam-se:

- O Brasil será capaz de expandir seu sistema elétrico de forma eficiente para atender às necessidades da nova indústria e de toda sociedade, de forma articulada aos desafios interpostos pelas mudanças climáticas?
- O marco institucional do setor elétrico brasileiro é capaz de fazer a coordenação e garantir estrutura regulatória adequada?
- Seremos capazes de voltar a ter tarifas competitivas e combater a pobreza energética no longo prazo?
- A maior inserção de fontes eólica e solar tem trazido problemas operativos e nas relações na cadeia de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia?
- As mudanças climáticas e os seus impactos sobre o regime de chuvas ampliam o risco de desabastecimento de energia elétrica no Brasil? Como o planejamento tem abordado a previsão de novos reservatórios e aproveitamentos hídricos no Brasil?
- A elaboração do Plano Decenal de Expansão leva em conta os impactos operativos, comerciais, regulatórios, econômicos e contratuais decorrentes das opções de expansão da oferta?
- A agência reguladora do setor elétrico, ANEEL, tem condições de fiscalizar os agentes e acompanhar a construção dos empreendimentos de geração e transmissão abordados no planejamento de longo prazo?

- O racionamento de 2001 e 2002 (FHC) e as graves crises hídricas de 2014-15 (Dilma) e 2021-22 (Bolsonaro) com custos expressivos internalizados nas tarifas dos consumidores brasileiros e no nível de atividade econômica, trazem aprendizados úteis para o planejamento elétrico no Brasil?

Cronograma da Pesquisa

A fim de responder às perguntas acima, o projeto de pesquisa está estruturado em 4 etapas, com três meses de duração cada:

- Diagnóstico Inicial do setor elétrico brasileiro: Levantamento da estrutura do setor elétrico brasileiro e de como o planejamento de sua expansão está sendo realizado, levando em conta a visão dos múltiplos agentes que atuam no setor e os principais problemas na atuação da agenda regulatória e legal do setor. Nesta fase serão concentradas as entrevistas estruturadas com diversos agentes públicos e privados relevantes para o planejamento elétrico.
- Avaliação dos Planos Decenais de Energia e do Plano Nacional de Energia - O Plano Decenal de Energia e o Plano Nacional de Energia, elaborados pela EPE, constituem as principais peças desta pesquisa, haja vista o seu papel de subsidiar as decisões e orientações do Conselho Nacional de Política Energética.
- Cenários, Recomendações e Pontos de Atenção em relação a oferta e custos de energia no Brasil- este bloco traz alguns alertas para o setor público, sobretudo envolvendo a complexidade das decisões operativas no setor e seus impactos na oferta de energia, a crescente judicialização, eventuais riscos de abastecimento e riscos relativos ao custo futuro da energia para indústria, comércio, agricultura e sobretudo as famílias brasileiras.
- Recomendações para Aperfeiçoamento do Planejamento Elétrico no Brasil num contexto de Mudanças Climáticas – Após o diagnóstico faremos a avaliação das peças de planejamento e cenários. Nesta fase final do trabalho serão realizadas recomendações para fortalecer o papel do planejamento, o que envolve avaliar as instituições atuantes no setor que correlacionam com esta missão, com destaque para EPE e ANEEL.

O cronograma se dará da seguinte forma:

Fases	Mês 1 a 3	Mês 4 a 7	Mês 8-10	Mês 11-12
Diagnóstico	X			
Avaliação do PDE e PNE	X	X		
Entrevistas	X	X	X	
Cenários		X	X	X
Recomendações			X	X

Entrevistas

A expectativa é realizar rodadas de entrevistas com instituições que são impactadas pelo planejamento do setor elétrico brasileiro, sejam públicas ou privadas. As entrevistas seriam em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, abrangendo, preferencialmente os seguintes agentes, pertencentes às seguintes entidades:

ABDIB – Associação Brasileira da Indústria de Base;
ABCE – Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica;
ABEN – Associação Brasileira de Energia Nuclear;
ABEÓLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica;
ABIAPE – Associação Brasileira de Autoprodutores de Energia;
ABINEE – Associação Brasileira da Indústria de Energia Elétrica;
ABRACEEL – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica
ABRADEE – Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica
ABRAGE – Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica
ABRAGET- Associação Brasileira dos Geradores Térmicos de Energia Elétrica;
ABRAPCH - Associação Brasileira dos Geradores de Pequenas Centrais Hidrelétricas;
ABRATE - Associação Brasileira das Transmissoras de Energia Elétrica;
ABSOLAR- Associação Brasileira da Energia Solar;
ANACE – Associação Nacional de Consumidores
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia

ANP – Agência Nacional de Petróleo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações
CADE - Conselho de Defesa Econômica
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CNI - Confederação Nacional da Indústria
COGEN- Associação da Indústria de Cogeração de Energia
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF – Ministério da Fazenda (Secretaria de Acompanhamento Econômico)
MME – Ministério de Minas e Energia
MMA – Ministério de Meio Ambiente
MPOG - Ministérios de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
ONS – Operador Nacional do Sistema
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A
SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Caso não haja disponibilidade de entrevista presencial, serão realizadas entrevistas por videoconferência ou através do envio de formulários de pesquisa.

Dado que os pesquisadores moram no RJ, não haverá deslocamentos para as entrevistas a serem realizadas no Rio de Janeiro. Em relação a viagens para Brasília e São Paulo são previstas:

Brasilia – 3 viagens (ida e volta), cada uma envolvendo até dois pesquisadores, com estadia de 2 dias para realizar entrevistas.

São Paulo – 2 viagens (ida e volta), cada uma envolvendo até dois pesquisadores, com estadia de 2 dias para realizar entrevistas.

Total: 20 passagens e 20 diárias (Rio-BSB-Rio e Rio-SP-Rio)

Produtos

Os produtos tem relação com as fases da pesquisa, sendo cinco principais produtos:

- Relatório Diagnóstico do Setor Elétrico
- Relatório Avaliação do PDE e do PNE elaborados pela EPE
- Relatório de Cenários de Oferta e Custos de Energia no Brasil e papel da EPE
- Documento sob a forma de Policy Paper com recomendações para aperfeiçoamento do setor elétrico no Brasil e para o papel futuro da EPE
- Relatório Geral da Pesquisa a ser apresentado no Seminário Conclusivo do Projeto
- Elaboração de um artigo acadêmico após o término do período de pesquisa

Instituições de referência:

Center for Energy and Environmental Policy Research (CEEPR), MIT, Cambridge.

Energy Policy Research Group (EPRG), Cambridge Judge Business School, University of Cambridge.

Subprojeto 7 – Análise Espacial dos Desembolsos do BNDES: descentralização da Renda e do Emprego nos Municípios Brasileiros

Pesquisadores: Carlos Henrique Vieira Santana

Marcela Nogueira Ferrario – Professores do Curso de Economia da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA). Carlos Henrique V. Santana também é pesquisador associado do INCT/PPED

Contextualização e Objetivos

Entre 2002 e 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou a soma acumulada de R\$ 2,19 trilhões. Nesse intervalo de vinte e dois anos, ocorreram mudanças expressivas no regime produtivo brasileiro, para as quais esse aporte de crédito do banco de desenvolvimento contribuiu de maneira significativa. Uma das dimensões de análise ainda pouco desenvolvida acerca do papel de financiamento do BNDES nesse período são as transformações geoeconômicas e sociais desencadeadas em âmbito municipal. Os dados agregados sobre desembolsos, disponíveis nas bases estatísticas do BNDES, permitem análises a partir de clivagens por porte de empresa, por setor e subsetor, forma de apoio e produto, por região e unidade federativa, e por instituições financeiras credenciadas. No entanto, também é possível explorar uma base de dados de desembolso desagregada por município, que se encontra disponível na Central de Estatísticas Operacionais Consolidadas do Sistema BNDES.

As transformações geoeconômicas e sociais do regime produtivo brasileiro, em mais de duas décadas, podem ser observadas a partir de uma série de indicadores. Entre os mais conspícuos indicadores estão o crescimento econômico dos municípios médios brasileiros, especialmente da renda e do emprego, além de suas mudanças demográficas, particularmente nos estados que apresentavam comparativamente baixo dinamismo econômico. Ao observar os dados agregados sobre desembolsos do BNDES por região, ponderados pelo PIB delas, é possível identificar um crescimento relativo e significativo desses desembolsos àquelas regiões do país que historicamente se encontravam à margem desse fluxo de crédito das Instituições de Fomento ao Desenvolvimento (IFDs). Nesse contexto, a desconcentração de investimentos industriais e de infraestrutura ganhou impulso nas duas últimas décadas, revertendo fluxos migratórios domésticos, aliviando a ocupação desordenada das conurbações brasileiras e mitigando seus efeitos ambientais adversos.

Para avaliar os efeitos sobre a renda e o emprego decorrentes da descentralização espacial dos financiamentos do BNDES, a presente proposta de pesquisa vai se debruçar sobre a análise dos seus desembolsos no âmbito municipal, entre 2002 e

2022. Uma ainda parca literatura especializada tem procurado chamar atenção para os impactos dos desembolsos do BNDES no âmbito municipal. Ao analisar a contribuição do BNDES às estratégias de redução das desigualdades regionais propostas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a partir das operações de crédito do Banco entre 2007 e 2012, os autores do estudo indicaram que o BNDES não teria concorrido para promover a redução dos desequilíbrios territoriais, mas sim para acentuar a força inercial da expansão ou manutenção da atividade econômica nas regiões que já possuíam histórico de dinamismo (Quaglio & Paiva, 2017). Outros estudos com maior abrangência temporal e cuidado no método e na seleção de dados, têm demonstrado outros resultados acerca do papel do financiamento do BNDES nos resultados macroeconômicos dos municípios brasileiros.

Ao avaliar impactos da disponibilização do crédito direcionado pelo BNDES sobre a especialização/concentração das microrregiões brasileiras na indústria de transformação, no período de 2006 a 2019, Smolski & Focheratto (2023) identificaram que microrregiões com maior especialização de crédito disponibilizado pelo BNDES estão positivamente associadas àquelas com maiores vínculos da indústria manufatureira, particularmente de baixa intensidade tecnológica. Ou seja, empresas que utilizaram o BNDES possuem maior tempo médio de vida do que aquelas que não utilizaram, com efeitos maiores observados entre aquelas firmas de menor porte. Por outro lado, um levantamento sobre como a fonte de empréstimos afetou o produto interno bruto (PIB) per capita dos municípios brasileiros entre 2007 e 2016, demonstrou que desembolsos indiretos do BNDES se mostraram mais robustos e significativos, à medida que esse mecanismo visa primariamente a empresas em regiões pequenas, com pouca disponibilidade de crédito e cuja oferta é anticíclica (Ehrl; Pereira; Zanchi, 2020).

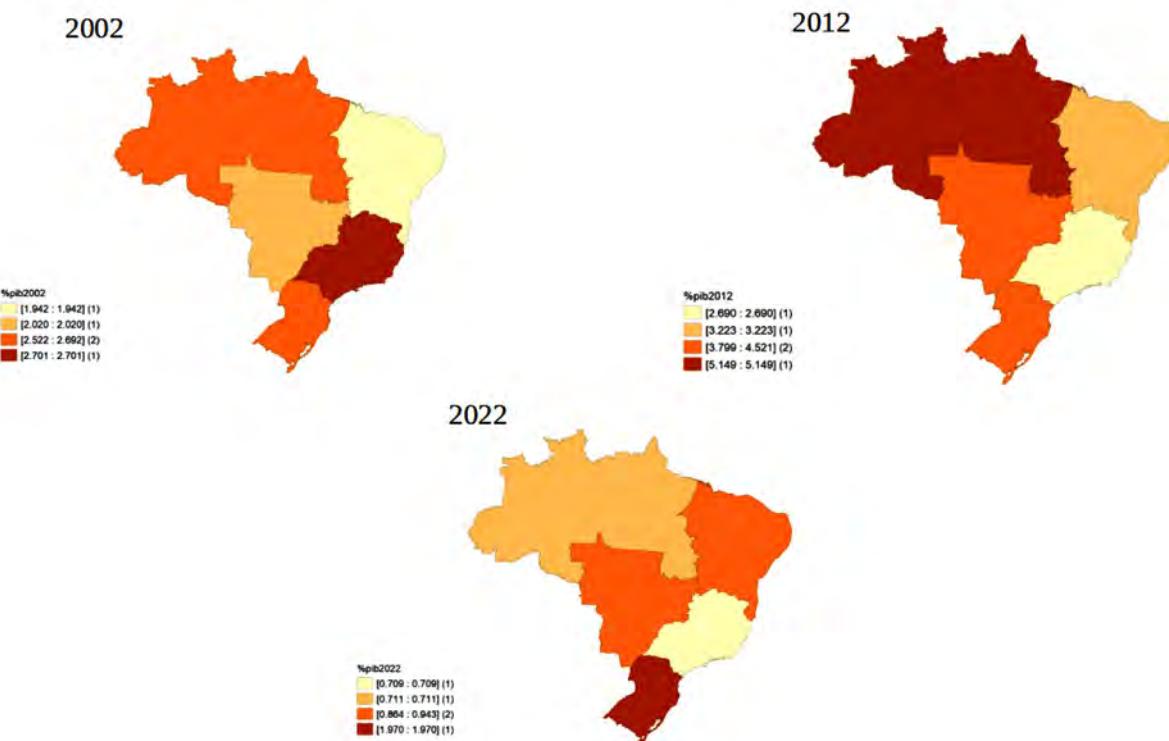
Embora essa literatura tenha contribuído para compreensão dos efeitos do financiamento dos bancos públicos brasileiros sobre os municípios e microregiões do país, tais análises ainda não exploraram os efeitos dos desembolsos do BNDES sobre a renda e o emprego no âmbito municipal. Quais foram os benefícios econômicos, espaciais e sociais obtidos pelos municípios beneficiados por investimentos públicos e/ou privados financiados por empréstimos oriundos do BNDES? Ao longo de vinte anos, é possível observar uma mudança geoespacial consistente no destino de tais desembolsos? Se isso ocorreu, é possível observar diferenças nos seus efeitos sobre o regime produtivo dos municípios que receberam mais investimentos sustentados pelos desembolsos do BNDES em relação àqueles que não receberam? Em que medida esses investimentos possibilitaram uma melhor distribuição espacial na taxa de crescimento do PIB?

Metodologia

A análise geoespacial como ferramenta de avaliação do crescimento econômico dos 5.570 municípios brasileiros torna-se fundamental para responder as perguntas acima. Os mapas abaixo mostram a distribuição dos recursos do BNDES de 2002, 2012 e 2022 como proporção do PIB das grandes regiões. O mapa realiza uma comparação, por quartis, entre as regiões brasileiras, explicitando o peso econômico do desembolso do BNDES em relação ao tamanho do PIB da região. O PIB regional serviu como um

ponderador para o volume de recursos do BNDES destinados as regiões. A região Norte, por exemplo, recebeu proporcionalmente ao seu PIB, mais recursos do que a Região Sudeste, em 2012 e 2022. A região Sul, Centro-Oeste e Nordeste, por sua vez, apresentaram todas um maior crescimento no recebimento dos desembolsos, diferente do que ocorreu na região Sudeste, cujo impacto dos desembolsos como proporção do PIB foi se reduzindo no intervalo de tempo apresentado nos mapas, em comparação com as demais regiões.

Figura 1. Desembolsos totais do BNDES como proporção do PIB das Regiões Brasileiras (2002, 2012 e 2022)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir das Estatísticas Operacionais do Sistema do BNDES e IBGE.

Para mensurar o padrão espacial do crescimento econômico, a partir de ferramentas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), são necessários um conjunto maior de variáveis que expliquem a dinâmica do crescimento por municípios. Tais variáveis e suas fontes estão descritas no quadro 1.

Quadro 1. Variáveis municipais: descrição, período e fonte

Variável	Período	Fonte
PIB	2002-2022	IBGE
Taxa líquida de emprego formal	2002-2022	RAIS
Valores de desembolso BNDES (variável de interesse)	2002-2022	BNDES
Projeção da População	2002-2022	IBGE
Renda do trabalho formal	2002-2022	RAIS
Número de matrículas no ensino superior, médio e infantil	2002-2022	INEP
Despesas públicas com saúde e educação	2002-2022	Tesouro Nacional
Proporção de pessoas residindo na zona urbana e rural	2002-2022	IBGE
Proporção de famílias beneficiárias de programas sociais	2002-2022	CadÚnico
Número de unidades habitacionais construídas pela Caixa	2002-2022	Caixa Econômica
Número de funcionários públicos por município	2002-2022	IBGE

Em virtude das diferentes atividades econômicas, as cidades possuem heterogeneidades em seu desenvolvimento. Algumas regiões possuem maior dinamismo econômico do que outras, devido a uma maior mobilidade de fatores, como capital e mão-de-obra. Nesse sentido, forças centrípetas e centrífugas são importantes para compreender a dinâmica econômica regional (Von Thünen, 1826; Lösch, 1954; Christaller, 1966; Henderson, 1974). Desta forma, **a hipótese a ser analisada será: os recursos do BNDES auxiliaram no crescimento econômico de municípios beneficiários de investimentos oriundos de empréstimos do banco, na medida em que esses recursos possibilitaram um maior dinamismo em virtude de novas aglomerações econômicas.**

Portanto, para identificar a contribuição dos investimentos do BNDES nos determinantes do crescimento econômico dos municípios brasileiros, utilizaremos um modelo de regressão espacial baseado na pesquisa de Vieira, Neto & Igliori (2007), Ferrario et al. (2009) e Smolski & Fochezatto (2023).

$$\ln PIB_{i,t} = \sum \beta_k X_{i,t} + \delta BNDES_{i,t} + \gamma_1 D_{bndes}Saude + \gamma_2 D_{bndes}Educa + \gamma_3 D_{bndes}TaxEmprego + \varepsilon$$

Sendo o subscrito i correspondente cidade e t ao ano, β_k parâmetros desconhecidos do modelo estimados a partir do conjunto de variáveis explicativas do quadro 1, δ é o parâmetro que mensura a estimativa da variação do PIB em virtude do aumento volume de desembolsos do BNDES no município, γ_1, γ_2 e γ_3 mensuram se houve aumento dos investimentos em Saúde e Educação e melhoria nas taxas líquidas de criação de novos empregos, dado que o município tenha recebido algum recurso do BNDES, em relação aos municípios que não receberam tais recursos, D_{bndes} é uma variável binária que será igual a 1 caso o município i tenha recebido algum desembolso e zero caso contrário, ε é o termo do erro aleatório.

Quando uma empresa ou mesmo o setor público recebem recursos de créditos para investimentos em infraestrutura, sejam eles para aumentar a capacidade produtiva, modernizar sua planta industrial ou para implantar equipamentos públicos, é esperado que haja uma melhoria dos aspectos econômicos e sociais da região. Isso pode ser provocado pelo aumento no pagamento de impostos em virtude do maior dinamismo econômico, permitindo maior capacidade de investimentos públicos municipais. A

melhoria do bem-estar social também pode ser observada pelo aumento da oferta de empregos, isso contribui para um aumento da renda das famílias em áreas empobrecidas e que historicamente sempre dependeram das estruturas públicas e recursos federais.

Os dados de desembolso do Banco de Desenvolvimento permitem identificar o perfil das empresas destinatárias dos recursos e os municípios do país para os quais tais fundos foram orientados, facilitando uma leitura regional dos impactos das estratégias de investimento, tanto das empresas privadas quanto das estatais. Quanto aos impactos sociais provocados pela melhor distribuição espacial dos recursos do BNDES, isso pode ser averiguado por meio do crescimento do emprego e dos rendimentos médios oriundos das remunerações dos empregos formais gerados por tais investimentos. Isso serve como proxy para análise do aumento do nível de bem-estar do município. Para analisar os efeitos sociais, criaremos variáveis de interação que permitem comparar em quanto aumentaram, por exemplo, investimentos em educação, saúde, casa própria etc., à medida que o município tenha recebido investimentos induzidos por desembolsos do BNDES, sejam para investimentos públicos ou privados.

Paralelamente à análise econométrica de microdados que incidem sobre a totalidade dos municípios brasileiros, os pesquisadores vão realizar uma série de entrevistas com associações empresariais, conglomerados econômicos e gestores públicos num conjunto selecionado de municípios para colher impressões sobre os investimentos oriundos de empréstimos do BNDES. As entrevistas serão semi-estruturadas e vão ocorrer nos seguintes municípios: Porto Alegre, Porto Velho, Fortaleza, Belém, Recife, Joinville, Salvador, Natal, Uberlândia. A seleção destes municípios foi baseada na distribuição espacial do dinamismo econômico no período em análise.

Etapas

Ao longo dos meses 1 a 6 : realização de entrevistas nos municípios. Elaboração do primeiro relatório parcial de pesquisa.

Entre os meses 1 e 3 os dados estatísticos serão organizados para preparação dos testes econométricos.

Os meses 9 a 12 serão reservados para o processamento dos dados obtidos e formulação dos relatórios parciais e final da pesquisa.

Produtos

Elaboração de dois relatórios parciais de pesquisa.

Apresentação de resultados parciais da pesquisa em congressos científicos de economia política, tais como ANPEC, SASE, ANPOCS

Elaboração de artigos científicos e capítulos de livros a partir do relatório final apresentado no mês 12

Cronograma

Etapas	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Revisão de Literatura	X	X	X									
Organização da base de dados	X	X	X									
Estimação do modelo			X	X	X							
Análise dos resultados				X	X	X						
Realização e sistematização das entrevistas nos municípios			X	X	X	X	X	X				
Elaboração das análises finais e entrega de relatórios parciais								X	X	X	X	X

Orçamento

Solicita 2 bolsas pos doc de 12 meses

18 passagens para diversas cidades (para realização de entrevistas)

27 diárias

Subprojeto 8 – Desenvolvimento inclusivo e transição verde no Brasil: papel das instituições financeiras públicas

Equipe Proponente: Rogerio Studart, Doutor em Economia , Senior Fellow do Centro Brasileiro de relações Internacionais (CEBRI) bolsa pos doutorado senior
Antonio José Alves, Doutor em Economia, Professor Titular, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – bolsa pós doutorado senior Assistente de Pesquisa, doutoranda(o) ou pesquisadora(o) sênior (sem bolsa). A ser definida(o)

Resumo

O projeto busca analisar o papel estratégico das instituições financeiras públicas brasileiras na promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável em meio à transição verde. Partindo da premissa de que o modelo econômico atual não está adequadamente equipado para lidar com a urgência das mudanças climáticas, o estudo avalia como as instituições financeiras públicas podem superar restrições operacionais e fiscais, criar inovações financeiras e expandir seus balanços para viabilizar a transição verde no Brasil.

Introdução e Justificativa

Há décadas os relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC trazem alertas da ciência para a aceleração do aquecimento global provocada pelas atividades econômicas e suas consequências ameaçadoras para a vida no planeta. Identificam a existência de um ponto de não-retorno para as mudanças climáticas caso o aumento das temperaturas médias, em relação às que prevaleciam no início da era industrial, ultrapasse 1,5º Celsius. A partir daí, a instabilidade ambiental seria irreversível e ameaçaria as condições de existência como se conhecem.

A cada novo ano, acumulam-se evidências sobre as relações de causação entre o aquecimento e os desastres climáticos cada vez mais intensos e recorrentes, confirmando os piores cenários. Os custos materiais e em vidas da insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento econômico e social deverão aumentar se os desafios não forem respondidos à altura (IPCC, 2022).

Na esteira dos repetidos alertas e dos indícios de crescentes desequilíbrios climáticos, ganhou sentido de urgência a transição verde, isto é, a busca por alternativas produtivas e de novos padrões de consumo mais sustentáveis. Incluem-se aí as ações para a mitigação das causas do aquecimento global, tais como a descarbonização na indústria e na agricultura, a produção de energias renováveis e a melhoria da eficiência energética,

e as medidas de adaptação às alterações climáticas, para assegurar a continuidade da oferta de bens e serviços. Entre as ações de adaptação, estão a relocalização agropecuária, o remapeamento de rotas de voos e de navegação mais seguras, a busca de alternativas para a geração hidroelétrica e a construção de infraestruturas para a prevenção de desastres.

Um fato cada vez mais evidente é que, diante da brutalidade das mudanças climáticas, as economias de mercado não têm se mostrado suficientemente equipadas para guiar a necessária reorganização da atividade econômica. O sistema de preços não demonstra eficácia para conduzir uma transição no modelo econômico em compasso com a urgência das mudanças requeridas.

Não apenas as variáveis do clima mudam aceleradamente, como as alternativas tecnológicas ainda não definem um paradigma claro para orientar as ações de mitigação e adaptação por parte do setor privado. Nesse sentido, Studart e Alves Jr (2021) argumentam que, em um ambiente de mudança acelerada, como esse em que vivemos, a incerteza emerge, fazendo da análise dos dados do passado um guia sem utilidade para o cálculo econômico de longo prazo tanto para a decisão de investir como para a de financiar. Em função disso, emerge um paradoxo. Não apenas o investimento, mas, também, o financiamento do investimento privados tendem a privilegiar os negócios tradicionais, mesmo à luz da ameaça que as alterações climáticas impõem para a sua viabilidade, em detrimento daqueles que levariam à transição verde.

Evidentemente, a regulação financeira pode contribuir com a mudança da trajetória dos financiamentos penalizando as operações de crédito voltados para atividades que não obedecem boas práticas ambientais. O aumento da exigência de capital e a cobrança de impostos sobre as rendas das instituições financeiras são exemplos relevantes de medidas que encareceriam o financiamento para essas atividades. Seria importante, portanto, avaliar os impactos dessas medidas em termos da quantidade de gases do efeito estufa evitados pela contenção do crédito. No entanto, para a transição verde, além de medidas com impacto negativo, será necessário estimular os investimentos em novas atividades.

Assim sendo, quanto maiores os montantes que precisarão ser alocados por ano para o sucesso da transição verde no Brasil, dados os limites das forças de mercado na indução de investimentos e financiamentos privados para a mitigação e adaptação, maior a chance de que recaia sobre o Estado uma série de funções econômicas relevantes na transição verde.

Esse sentido é explícito no Plano de Transformação Ecológica (PTE) brasileiro, apresentado na Second Nationally Determined Contribution – NDC (Brasil, 2024). A ambição é reestruturar a dinâmica econômica nacional para promover o desenvolvimento sustentável, amparado nos esforços de inovação tecnológica e na utilização mais sustentável dos recursos naturais, apontando claramente para a necessidade da intervenção do Estado. O programa é otimista com relação às vantagens naturais, empresariais e institucionais do Brasil para explorar imediatamente oportunidades econômicas abertas, precisamente, pela transição verde, como, mas não apenas, a oferta de energias renováveis em grandes quantidades.

Não obstante, nos últimos anos, a política econômica brasileira tem elencado o ajustamento das contas públicas e o controle da inflação como objetivos prioritários, como condições prévias para o crescimento sustentado. Cria-se uma contradição entre a necessidade de grandes gastos de investimento público para a transição verde e a realidade das políticas monetária e fiscal praticadas, um quadro que, é importante dizer, não é apenas brasileiro (ver, por exemplo, para o caso europeu, Guter-Sandu, Haas e Murau, 2024), ainda que o Brasil enfrente restrições fiscais e de custos de capital mais elevados que os dos países desenvolvidos, como reconhece o governo brasileiro em Brasil (2024).

Diante dessa conjuntura, o Brasil conta com um dispositivo institucional criado ao longo de sua história que pode ser acionado para enfrentar os desafios da transição verde, que é o seu conjunto de instituições financeiras públicas. Atualmente, de acordo com dados do IF.Data, do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras públicas detêm cerca de 34% dos ativos, 41% do estoque das operações de crédito, 35% das captações e 33% do patrimônio líquido de todo o sistema financeiro, demonstrando sua grande escala de operações e influência.

Dentre elas, destaque-se o BNDES, a FINEP, a CEF, o Banco do Brasil, o Banrisul, o BRB, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Diferentes entre si em termos de estrutura patrimonial e do foco de suas operações, têm, no conjunto, desempenhado papel histórico relevante. Não apenas complementaram as funções financeiras não desempenhadas pelo setor financeiro privado, como, também, foram ágeis na superação das restrições das políticas fiscal e monetária ao aumento dos investimentos públicos e privados essenciais às transformações que conduziram o desenvolvimento nacional. Nesse esforço, as instituições financeiras públicas foram mais bem sucedidas sempre que puderam ampliar sua ação direta, por meio da dilatação de seus balanços, como indireta, medidas ações para desenvolver o sistema financeiro privado e o mercado de capitais.

Não obstante, há desafios para a operação das instituições financeiras na magnitude e no curto prazo para a realização de uma massa de investimentos em transição verde. Em especial, há a necessidade de lidar com elementos contraditórios, típicos das economias de mercado, que é a aceleração de um volume expressivo de financiamentos aos investimentos e a tendência à instabilidade (Minsky, 1986 e Studart, 1995).

O nível microeconômico, o desafio é o lançamento de inovações financeiras, i.e., o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros que favoreçam o investimento na transição verde. Para tanto, as inovações financeiras devem se adequar aos fluxos de caixa de cada tipo de investimento para mitigar os riscos de default e de descasamentos de prazos dos credores. No entanto, a depender da massa de investimentos necessários, pode haver impactos macroeconômicos relevantes do lançamento de inovações financeiras que precisam ser considerados.

Portanto, no nível macroeconômico, deve-se, de um lado, considerar a capacidade que essas instituições têm de dilatar seus balanços para ofertar a massa de crédito necessária para a transição. Não obstante, a dilatação dos balanços, em especial com

inovações financeiras precisará ocorrer com riscos de descasamento (juros e moeda), de liquidez e de solvência devidamente controlados.

Evidentemente, a capacidade de expandir os balanços e mitigar os riscos, dependerá, de um lado, das restrições impostas e oportunidades propiciadas pelas políticas fiscal e monetária, que sempre afetam o funcionamento de instituições financeiras públicas. De outro lado, a capacidade de ampliar balanços dependerá do grau de autonomia que essas instituições financeiras têm na captação/aplicação de recursos financeiros.

Objetivos

Objetivo Geral:

Avaliar o papel das instituições financeiras públicas brasileiras na promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável, com foco na transição verde.

Objetivos Específicos:

1. Mapear as necessidades quantitativas e qualitativas de financiamento para a transição verde no Brasil.
2. Identificar inovações financeiras implementadas pelas instituições financeiras públicas em apoio à transição verde.
3. Avaliar o potencial da contenção da emissão de gases de efeito estufa por meio de contingenciamentos de financiamento e de crédito para atividades que não atendam a critérios de boas práticas de sustentabilidade
4. Analisar as condições para a expansão dos balanços das instituições financeiras públicas e a mitigação de riscos financeiros associados.

Metodologia

O projeto será desenvolvido em três etapas principais, com base nos passos descritos no texto:

1. **Mapeamento das necessidades de financiamento:**
 - Levantamento das metas climáticas brasileiras, incluindo a redução de emissões de gases de efeito estufa anunciada na COP29, em 2025.
 - Identificação de ações complementares, como relocalização produtiva, infraestrutura para prevenção de desastres e melhorias em eficiência energética.
2. **Análise de inovações financeiras:**
 - Estudo da experiência acumulada pelas instituições financeiras públicas em setores estratégicos como energia renovável, agricultura de baixo carbono e saneamento básico.
 - Identificação de inovações financeiras relevantes, como concessão de garantias e parcerias com o setor privado.

3. Identificação de atividades e práticas ambientais que deveriam ser penalizadas com o encarecimento do crédito com o fim de maximizar a contenção de gases do efeito estufa.

4. Avaliação da expansão de balanços:

- Revisão histórica da expansão recente dos balanços das instituições financeiras públicas em crises, como a de 2008, analisando estratégias para mitigar riscos de liquidez e insolvência.
- Discussão sobre fontes de financiamento e compatibilização com os objetivos da transição verde.

A metodologia de pesquisa prevê, além da consulta à literatura acadêmica, aos demonstrativos financeiros e aos relatórios e documentos oficiais, uma série de entrevistas com os funcionários das principais instituições financeiras públicas responsáveis pela criação de inovações financeiras (novos produtos e processos financeiros) e pela definição da lógica da gestão patrimonial. Através das entrevistas pretende-se esclarecer com mais precisão a natureza das intervenções das instituições financeiras em prol da transformação verde, os principais elementos definidores das características dos produtos e processos financeiros bem como seus impactos sobre o balanço patrimonial das instituições.

O foco da pesquisa recairá principalmente sobre as ações da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES que, juntos, representam mais de 90% do total de ativos, captações e operações de crédito do sistema. Essa opção é plenamente justificável diante das preocupações com os efeitos agregados da ação das instituições financeiras públicas exigidos pela transição verde, bem como pela natural limitação dos recursos e tempo de pesquisa.

Não obstante a dimensão da CEF, BB e BNDES, foram também previamente selecionadas a FINEP, o BASA e o BNB para a realização de entrevistas com foco mais exclusivo sobre a relevância qualitativa das suas inovações financeiras realizadas, e em gestação, em função de suas áreas específicas de atuação. A FINEP, no financiamento de inovações; o BASA, que opera em uma região em que serão exigidos enormes esforços de preservação ambiental com desenvolvimento; e o BNB, na descoberta de oportunidades de atuação em uma região do país com enormes desigualdades sociais.

Plano de Trabalho e Cronograma

Atividade	Responsável	Mês 1-3	Mês 4-6	Mês 7-9	Mês 10-12
Revisão da literatura	Equipe inteira	X			
Coleta de dados para o mapeamento	Assistente		X		
Entrevistas nas instituições financeiras públicas	Antonio Jose Alvez e Rogerio Studart		X		
Análise das principais inovações financeiras	Antonio José Alves		X		
Avaliação da expansão de balanços das principais instituições financeiras públicas	Rogerio Studart			X	
Apresentação de resultados preliminares na COP30				X	
Redação do relatório final	Equipe inteira				X

Resultados Esperados

- Relatório final com recomendações para políticas públicas que otimizem o papel das instituições financeiras públicas na transição verde.
- Artigos acadêmicos que analisem o papel das instituições financeiras públicas brasileiros no desenvolvimento sustentável.
- Divulgação dos resultados em eventos nacionais e internacionais, promovendo o debate sobre transição verde e financiamento público.

Orçamento

Duas bolsas pós-doc.senior por doze meses, e oito viagens, num valor estimado de 40 mil reais, à razão de 5 mil reais em média, cada viagem (quatro Rio-Brasília, duas Rio-Fortaleza, e duas Rio-Belém).

ORÇAMENTO GERAL DO PROJETO

Natureza da despesa	Objetivo	Duração	Custo Unitário	Valor Total
Auxilio a pesquisador (bolsa)	13 bolsas Pos doc Senior	12 meses	R\$ 6.000,00	R\$ 936.000,00
Auxilio a pesquisador (bolsa)	2 bolsas Pos doc Junior	12 meses	R\$5.500,00	R\$132.000,00
BOLSAS				R\$1.068.000,00
48 Passagens nacionais	Pesquisa de campo entrevistas		R\$3.500 ,00*	R\$168.000,00
105 Diarias	Pesquisa de campo entrevistas		R\$380,00 **	R\$ 39.900,00
PASSAGENS E DIARIAS				R\$ 207.900,00
Eventos	2 Workshops e um Seminario Final			R\$ 24.000,00
TOTAL				R\$ 1.299.900,00

(*) solicitamos 48 passagens nacionais para pesquisadores realizarem pesquisa de campo (entrevista e consulta a arquivos) Inclui Pesquisadores deste projeto que não tem bolsa. Preço médio da passagem R\$ 3.500,00.

(**) solicitamos 105 diárias de R\$ 380,00 para viagens de pesquisa de campo associada às 48 passagens nacionais. Inclui pesquisadores deste projeto que não estão recebendo bolsas.

Previmos no Cronograma do Projeto a realização de 2 workshops ao longo do primeiro e segundo quadrimestre e um Seminario Final, conclusivo no mês 12. Para a organização destes 3 eventos estamos solicitando R\$ 24.000,00.

Em todos os oito subprojetos haverá pesquisadores recebendo bolsas pos doc, sendo bolsas pos doc sênior para 13 pesquisadores e 2 bolsas pos doc júnior para pesquisadores dos projetos 1 e 6.

CRONOGRAMA GERAL DO PROJETO – 12 MESES

Mês	ATIVIDADES
1	Reunião de Alinhamento com os Pesquisadores (providências ao longo dos 12 meses) Montagem dos eixos e dimensões do projeto Reunião para debater teorias orientadoras das pesquisas, bibliografia de apoio Discussão dos objetivos e metodologias de cada pesquisa dentro do projeto SEST Início do trabalho de revisão bibliográfica e coleta de material pelos pesquisadores
2	Revisão bibliográfica e coleta de material pelos pesquisadores Reunião de alinhamento com pesquisadores para acompanhamento dos trabalhos
3	Coleta de material pelos pesquisadores WORKSHOP 1 – balanço das pesquisas. Primeiras descobertas. Presença de um consultor externo
4	Entrega de um RELATORIO PARCIAL de pesquisa por cada pesquisador/grupo de pesquisadores para encaminhamento ao CNPq Coleta de material de pesquisa pelos pesquisadores Reunião de alinhamento com pesquisadores para acompanhamento dos trabalhos
5	Coleta de material de pesquisa pelos pesquisadores; redação de texto Preparação do Workshop 2 Reunião de alinhamento com pesquisadores para acompanhamento dos trabalhos
6	Coleta de material de pesquisa e redação de texto Preparação do Workshop 2 Reunião de alinhamento com pesquisadores para acompanhamento dos trabalhos
7	WORKSHOP 2 – balanço das pesquisas. Principais achados Coleta de material de pesquisa e redação de texto
8	Entrega do RELATORIO PARCIAL 2 de pesquisa por cada pesquisador para encaminhamento ao CNPq Coleta de material de pesquisa pelos pesquisadores; redação de texto Reunião de alinhamento com pesquisadores para acompanhamento dos trabalhos
9	Coleta de material de pesquisa e redação de texto final da pesquisa Reunião de alinhamento com pesquisadores para acompanhamento dos trabalhos
10 e 11	Preparação do relatório final de pesquisa Preparação do Seminário de Conclusão do Projeto com apresentação dos resultados das pesquisas
12	Conclusão do relatório final de pesquisa de cada pesquisador/grupo de pesquisa, para envio para o CNPq; Elaboração de um relatório geral com conclusões gerais derivadas dos vários projetos de pesquisa. Seminário de Conclusão do Projeto – Principais resultados

PRODUTOS AGREGADOS DO PROJETO ESTATAIS FEDERAIS (ao longo de 12 meses de vigência)

Ao longo dos meses de andamento do projeto serão apresentados/realizados:

16 RELATÓRIOS PARCIAIS, dois relatórios para cada uma das 8 linhas de pesquisa (ver cronograma do projeto)

8 RELATÓRIOS FINAIS (um para cada uma das 8 linhas de pesquisa) que serão apresentados no mês 12 do Projeto.

2 WORKSHOPS, eventos transversais com pesquisadores de todas as 9 linhas e acadêmicos convidados, para alinhamento e colaboração cruzada entre os pesquisadores. 2 relatórios de avaliação serão elaborados sobre os eventos.

Ao final de 12 meses de pesquisa serão apresentados os resultados de todos os subprojetos em formato de relatórios de pesquisa. Esses trabalhos posteriormente serão transformados em artigos acadêmicos e serão também divulgados em Congressos nacionais e internacionais através dos pesquisadores

SEMINÁRIO CONCLUSIVO, que será realizado no mês 12, e será presencial, contando com a colaboração de acadêmicos comentadores. Deste seminário e do relatório final, surgirão posteriormente à conclusão do projeto no mês 12, artigos acadêmicos.

Referências

Fontes Oficiais

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a composição das Diretorias e dos Conselhos de Administração, Fiscal e Curador das entidades estatais que menciona. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 fev. 1993. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=757&ano=1993&ato=6a6UTQE5ENFpWT848>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 9.074 de 7 de julho de 1995.** Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9074-7-julho-1995-347472-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 10.438 de 26 de abril de 2002.** Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10438-26-abril-2002-456860-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 10.847 de 15 de março de 2004.** Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10847-15-marco-2004-531224-publicacaooriginal-13035-pl.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 10.848 de 15 de março de 2004.** Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10848-15-marco-2004-531234-publicacaooriginal-13047-pl.html>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/f>

BRASIL. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.** Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14182&ano=2021&ato=b8aUTRq5UMZpWT605>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. **Brazil second nationally determined contribution (NDC)** – national determination to contribute and transform. Disponível em: Brazil_Second Nationally Determined Contribution (NDC)_November2024.pdf. Consultado em: 11 jan. 2024, às 17h52.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Plano Decenal de Expansão 2025-2034**. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2034>.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Plano Nacional de Energia 2055**. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-nacional-de-energia-2055>.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Cenário Econômico 2050**. Brasília, DF: MME, 2015. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-201/Cen%C3%A1rios%20Econ%C3%B4micos.pdf>.

Sites e Blogs

BARROS, Verena Hitner. **O papel das empresas estatais na nova política industrial do Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGnK1h-DAO8>. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia, Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. **State Owned Enterprises in Brazil: Aggregate Report**. v. 2 (oct. 2021). Brasília: Sest, Ministério da Economia, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/transparencia/publicacoes-2/raeef/raeef-ingles/state-owned-enterprises-in-brazil-aggregate-report-20-21-e_compressed.pdf

BRASIL. Ministério da GEstão e da Inovação do Serviço Público. Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). **2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais>.

BRASIL. Ministério da GEstão e da Inovação do Serviço Público. Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). **Panorama das Estatais**. 2024. Disponível em: <http://www.panoramadasestatais.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=paineldopanoramadasestatais.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd07&anonymous=true>.

CENTER FOR ENERGY AND ENVIRONMENTAL POLICY RESEARCH (CEEPR), MIT, Cambridge. Disponível em <https://cepr.mit.edu/>.

ENERGY POLICY RESEARCH GROUP (EPRG), Cambridge Judge Business School, University of Cambridge. Disponível em: <https://www.jbs.cam.ac.uk/centres/energy-policy-research-group/>.

FORTUNE. **Fortune Global 500**: as maiores empresas do mundo em 2022. Disponível em: <https://fortune.com/global500/2022/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Livros e Artigos

ALAMI, I.; DIXON, A. **The Spectre of State Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2024.

ALAMI, I.; TAGGART, J.; WHITESIDE, H.; GONZALEZ-VICENTE, R.; LIU, I. T.; ROLF, S. Quo vadis neoliberalism in an age of resurgent state capitalism?. **Finance and Space**, v. 1, n. 1, p. 340-367, 2024b.

ALMEIDA, Mansueto; OLIVEIRA, Renato Lima de; SCHNEIDER, Ben Ross. Política Industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. **Capacidades Estatais e democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 323 – 347.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Empresas estatais: o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book.

BABIC, M.; GARCIA-BERNARDO, J.; HEEMSKERK, E. M. **The rise of transnational state capital: State-led foreign investment in the 21st century**. *Review of International Political Economy*, v. 27, n. 3, p. 433–475, 2020.

BALASSA, B. Development Strategies and Economic Performance. A Comparative Analysis of Eleven Semi-industrial Economies. In: BALASSA, B. et al. **Development Strategies in Semi-Industrial Economies**, p. 38-62. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1982.

BALTOWSKI, Maciej; KWIATKOWSKI, Grzegorz. **State-Owned Enterprises in the Global Economy**. London: Routledge, 2022.

BARROS, Verena Hitner. O papel das empresas estatais na nova política industrial do Brasil. SEST, 2024. 1 vídeo (1h37min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGnK1h-DAO8>. Acesso em 3 de set. 2024.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise e Alternativa para um país sustentável**. São Paulo: Livraria da Física, 2001.

BERNIER, Luc Bernier; FLORIO, Massimo; BANCE, Philippe. **The Routledge handbook of state owned enterprises**. London: Routledge, 2020.

BICALHO, Ronaldo, et al. **Ensaios sobre a política energética: coletânea de artigos do boletim INFOPETRO**. Grupo de Economia da Energia, Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro: Interciênciam: IBP, 2007.

BONOMI, Claudio Augusto. **Project Finance no Brasil: fundamentos e estudos de casos**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOSCHI, Renato. **Desenvolvimento Estatal no Brasil: continuidade, crises e incertezas**. Paper INCT, 2009.

BOSCHI, Renato. **Variedades de Capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, p. 51-72, mar. 2010.

CABRAL, Ligia Maria Martins. **O meio ambiente e o setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2009. 328 p.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros. **Panorama do setor elétrico no Brasil**. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

CAMPBELL, John. **Institutional Change and Globalization**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

CARDINALE, R. Theory and practice of state intervention: Italy, South Korea and stages of economic development. **Structural Change and Economic Dynamics**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2018.09.004>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CARNEIRO, Ricardo. **Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro**. Tese de Doutorado (Ciências Humanas – Sociologia e Política), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: [s. n.], 2000. 400 f.

CARVALHO, Bernardo Rocha. **Política e minério de ferro na formação do nacionalismo econômico brasileiro no período entre guerras**. 2024. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Instituições de Direito Administrativo Brasileiro: O Estado - Autarquias - Organização - Funções**. 2. ed. V. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

CHANG, H. J. **Globalization, Economic Development and the Role of the State**. Londres e Nova Iorque: Zed Books Ltd, 2003.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

COELHO, Daphne; TEODOROVICZ, Thomaz; FRITSCHER, MARTINEZ, André Carlos; MOTTA CAFÉ, Renata; LAZZARINI, Sergio G.; IKAWA, Jorge Norio Rezende, 2024. **Monitoring the Governance of State-Owned Enterprises: Assessing the Impact of Brazilian Corporate Governance Reforms.** IDB Publications (Working Papers) 13568, Inter-American Development Bank.

CORVAL, P. R. S. **Análise Integral do Direito (AID): primeiras aproximações e apontamentos para a pesquisa no direito público.** *Revista de Informação Legislativa*, v. 54, n. 213, p. 81-111, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/213/ril_v54_n213_p81.

CROUCH, C. **Conclusions: a reformed Neo-Institutionalist Research Programme.** In: CROUCH, C. *Capitalist Diversity and Change*. Oxford University Press, 2005. p. 151-162.

CUERVO-CAZURRA, A. **State-owned multinationals: An introduction.** In: *State-owned Multinationals: Governments in Global Business*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018. p. 1-6.

CUERVO-CAZURRA, A. Thanks but no thanks: State-owned multinationals from emerging markets and host country policies. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3-4, p. 128-156, 2018.

DAMOUN, A. et al. **Economics of Electricity Grid Interconnections: A Heterogeneous Markets' Design.** Oxford Institute for Energy Studies, ISBN 978-1-78467-261-4. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2025/01/EL57-Economics-of-Grid-Interconnections.pdf>

D'ARAÚJO, Maria Celina. Nacionalismo de direita no Brasil. In: SORJ, Bernard; FAUSTO, Sergio (Org.). **Nacionalismo e democracia na Europa e no Brasil**. São Paulo: Fundação FHC, 2024. p. 103-128.

D'ARAÚJO, Roberto Pereira. **Setor Elétrico Brasileiro: uma aventura mercantil.** Brasília, DF: Confea, 2009.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Variedades do Capitalismo e Política Industrial: o Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada.** XXI Jornada de História Econômica. Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1995

DENZIN, N. K., & LINCOLN, Y.S. (2011). Introduction: The discipline and practice of qualitative research. **The Sage handbook of qualitative research** (4th ed., pp. 1-19). Thousand Oaks, CA: Sage.

DIAS, Renato Feliciano. **A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil: ciclo de palestras.** Rio de Janeiro: Centro Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.

DINIZ, Eli. **Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes.** Seminário Internacional INCT-PPED, 2009.

DINIZ, Eli. **Estado, globalização e desenvolvimento em contexto pós-neoliberal: retomando um antigo debate.** In: MANCUSO, Wagner Pralon; LEOPOLDI, Maria Antonieta, et al. *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias*. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

DINIZ, Eli. **Depois do neoliberalismo: rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no Novo Milênio.** In: BOSCHI, Renato R., et al. *Variedades de Capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 31. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book.

DUNNING, J. H., et al. **Multinational Enterprises and the Global Economy.** 2008.

EHRL, P.; PEREIRA, G.; ZANCHI, V. **Crédito e Crescimento Regional no Brasil:** o BNDES versus Bancos Privados e Públicos. IPEA: Brasília, 2020. (Texto para Discussão 2573). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2025.

EVANS, Peter. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

- EVANS, Peter. **Constructing the 21st century Developmental State: Potentialities and Pitfalls**. Seminário em Johannesburg, South Africa, ago. 2006.
- EVANS, Peter. In **Search of the 21st Century Developmental State**. Centre for Global Political Economy at the University of Sussex. Working Paper, n. 4, dezembro 2008.
- FARHARD, Taghizadeh-Hesary et all (ed.). **Reforming State-Owned Enterprises in Asia: Challenges and Solutions**. Singapore: Springer, 2021.
- FEIL, Fernanda de Freitas. **State-owned Financial Institutions as an Arm of Public Policy for Sustainable Development**. 2022. Tese de Doutorado. UFF. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/26445>.
- FERRARIO, M. N.; SANTOS, A. A. L.; PARRE, J. L.; LOPES, R. L. Uma análise espacial do crescimento econômico do estado do Paraná para os anos 2000 e 2004. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015.
- FONTES FILHO, J. R.; PICOLIN, L. M. **Governança corporativa em empresas estatais: avanços, propostas e limitações**. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 6, p. 1163-1188, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600007>.
- GAITÁN, Flávio. **O desenvolvimento esquivo e as tensões do desenvolvimentismo: reflexões sobre a América Latina na hora atual**. In: BOSCHI, Renato R. et. al. **Variedades de Capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- GAO, Hanry; ZHOU, Weihuan. **Between market economy and state capitalism: China's State-Owned Enterprises and the World Trading System**. Cambridge: of Cambridge University Press, 2023.
- GOMES, I., et al. **Hydrogen for the 'low hanging fruits' of South America**: Decarbonising hard-to-abate sectors in Brazil, Argentina, Colombia, and Chile. Oxford Institute for Energy Studies, ISBN 978-1-78467-237-9.
- GOMIDE, A.; BOSCHI, R. (Eds.). **Capacidades Estatais em Países Emergentes: O Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- GOUREVITCH, P.; SHINN, J. **Political Power and Corporate Control: The new Global Politics of Corporate Governance**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- GUTER-SANDU, A.; HAAS, A.; MURAU, S. Green macro-financial governance in the European monetary architecture: assessing the capacity to finance the net-zero transition. **Competition and Change**, v. 0, n. 0, p. 1-21, 2024.
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- GRIFFITH-JONES, S.; OCAMPO, J. A. **The Future of National Development Banks**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- HALL, Rodney B.; BIERSTEKER, Thomas. **The Emergence of Private Authority in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HALL, Peter; SOSKICE, David. **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundation of Comparative Advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do neo-institutionalismo**. *Lua Nova*, n. 58, 2003.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2024**. Disponível em: <https://www.iea.org/spotlights/the-world-is-moving-at-speed-into-the-age-of-electricity>
- IMF. **Fiscal Monitor: Policies Support People during the COVID-19 Pandemic**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2020.
- IPCC. **Climate change**: the intergovernmental panel on climate change scientific assessment. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

IPCC. Summary for policymakers. In: PÖRTNER, H.-O.; et al. (Org.). **Climate change 2022: impacts, adaptation, and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O processo de privatização das empresas estatais.** Brasília, 2020. (Texto para discussão n. 422). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

KATTEL, R.; DRECHSLER, W.; KARO, E. **How to Make an Entrepreneurial State: Why Innovation Needs Bureaucracy.** New Haven e London: Yale University Press, 2022.

KISHIMOTO, S.; PETITJEAN, O. **Reclaiming Public Services: How cities and citizens are turning back privatization.** Amsterdã e Paris: Transnational Institute (TNI), 2017.

KLINGER, et al. **Large-scale green grabbing for wind and solar photovoltaic development in Brazil.** *Nature Sustainability*, v. 7, jun. 2024, p. 747-757. <https://doi.org/10.1038/s41893-024-01346-2>

KRING, W. N.; GALLAGHER, K. P. **Strengthening the foundations? Alternative Institutions for Finance and Development.** *Development and Change*, v. 50, n. 1, p. 3-23, 2019.

LAPAVITSAS, Costas. **The state of capitalism:** economy, society and hegemony. Londres: Verso, 2023.

LAZZARINI, Sergio G. **Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEITE, Antônio Dias. **A energia do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LINXIAO CHU, 2024. **Reconfiguring Globalisation: A Review of Tariffs, Industrial Policies, and the Global Solar PV Supply Chain.** Oxford Institute for Energy Studies, ISBN 978-1-78467-259-1. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2024/12/CE15-Reconfiguring-Globalization.pdf>

LOSCH, A. **The economics of location.** Jena, Alemanha: Fisher. Tradução para o inglês: New Haven, CT: Yale University Press, 1954.

LOURAL, Marcelo Sartorio; SILVA, Cássio Garcia Ribeiro Soares da; MORTARI, Valéria Silva; "A Petrobras como agente do desenvolvimento produtivo no Brasil: importância e esvaziamento", p. 1-18. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação.** São Paulo: Blucher, 2019. ISSN 2357-7592, DOI 10.5151/iv-enei-2019-1.1-009.

LOUREIRO, Ricardo (Ebook). **Entendendo o regime de partilha de produção.** https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Ebook_PPSA_Regime-de-partilha-de-producao_2711-1.pdf. Acesso em 14 out 2024.

MANCUSO, W.; LEOPOLDI, M. A.; IGLECIAS, W. (Eds.). **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias.** São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

MAROIS, T. **Public Banks: Decarbonisation, Definancialisation and Democratisation.** New York: Cambridge University Press, 2021.

MARTINS, Luciano. **Pouvoir et développement** économique: **formation et Evolution des structures politiques au Brésil.** Paris: Editions Anthropos, 1976.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY - MIT. **Utility of the Future, An MIT Energy Initiative response to an industry in transition.** Dezembro 2016. Disponível em: <https://energy.mit.edu/wp-content/uploads/2016/12/Utility-of-the-Future-Full-Report.pdf>

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY - MIT. **The Future of Energy Storage, An Interdisciplinary MIT Study.** 2022. Disponível em: <https://energy.mit.edu/wp-content/uploads/2022/05/The-Future-of-Energy-Storage.pdf>

MAZZUCATO, M. **Mission Economy: A Moonshot Guide to Changing Capitalism.** New York: Harper Collins, 2021.

- MAZZUCATO, M.; LI, H. **The Entrepreneurial State and the public options: Socializing Risks and rewards.** UCL: Working Paper 2020-20, 2020.
- MAZZUCATO, M. **The Value of Everything: Making and Taking in the Global Economy.** UK: Penguin Books, 2018.
- MAZZUCATO, M; TEIXEIRA, F., and TAGLIANI, G.. **A mission-oriented framework for the coordination of State-Owned Enterprises in Brazil.** UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Working Paper Series (IIPP WP 2024-18). ISSN 2635-0122. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/wp2024-18>.
- MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** São Paulo: Portfolio/Penguin, 2014.
- MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo moderno.** 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 444 p.
- MEDEIROS, C. A. Latin America Auction. **New Left Review**, v. 55, p. 1-10, jan./fev. 2009.
- MEDEIROS, C. A.; MAJEROWICZ, E. Developmentalism with Chinese Characteristics. **International Journal of Political Economy**, v. 51, n. 3, p. 208-228, 2022.
- MENDONÇA, José Vicente Santos de. **Direito constitucional econômico: a intervenção do Estado na economia à luz da razão pública e do pragmatismo.** 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 421 p.
- MENDONÇA, José Vicente Santos de. **Uma teoria do fomento público: critérios em prol de um fomento público democrático, eficiente e não paternalista.** *Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro*, v. 65, p. 133-135, 2010.
- MENDONÇA, José Vicente Santos de. **Estatais com poder de polícia: por que não?** *Revista de Direito Administrativo*, n. 252, p. 97-118, 2009.
- MERTENS, D.; THIEMANN, M.; VOLBERDING, P. (Eds.). **The Reinvention of Development Banking in the European Union: Industrial Policy in the Single Market and the Emergence of a Field.** Oxford: Oxford University Press, 2021.
- MIĄŻEK, Radosław. Corporate governance in state-owned enterprises: a systematic literature review: an international perspective. **International Journal of Contemporary Management**, Cracóvia, v. 57, p. 1-13, 2022.
- MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy.** New Haven: Yale University Press, 1986.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial.** 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- MORGAN, G.; WHITLEY, R. (Eds.). **Capitalisms & Capitalism in the Twenty First Century.** New York: Oxford University Press, 2012.
- MULLER, Pierre. **Las políticas públicas.** Universidad Externado de Colombia, 2002.
- MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G.; AGUILERA, R. V. **New varieties of state capitalism: Strategic and governance implications.** *Academy of Management Perspectives*, v. 29, n. 1, p. 115-131, 2015.
- MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. **Reinventando o Capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países.** São Paulo: Portfolio/Penguin, 2015.
- NEWBERY, D.M.; BIGGAR, D.R. **Marginal curtailment of wind and solar PV: transmission constraints, pricing and access regimes for efficient investment.** *Energy Policy*, v. 191, p. 114206, 2024.
- NEWFARMER, Richard S. **Multinational Conglomerates and the Economics of Dependent Development: A Case Study of the International Electrical Oligopoly and Brazil's Electrical Industry.** Tese de Doutorado (Filosofia) - University of Wisconsin-Madison, 1977.
- NORTH, Douglas. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** St. Louis: Washington University, 1990.

NUTTALL, W.J. **Nuclear renaissance: technologies and policies for the future of nuclear power (2nd edition)**. Taylor and Francis, jun. 2022.

OLIVEIRA, C. A. Crescimento das cidades brasileiras na década de noventa. **Revista Economia**, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. E-book.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Climate Change and Corporate Governance**, Paris 2022 Disponível em <https://doi.org/10.1787/272d85c3-en>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises 2024**. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/18a24f43-en>.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Ownership and Governance of State-Owned Enterprises 2024**. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/395c9956-en>.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **OECD Review of the Corporate Governance of State-Owned Enterprises**: Brazil, Corporate Governance, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ce25dd28-en>

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **SME and Entrepreneurship Policy in Brazil 2020**. OECD Studies on SMEs and Entrepreneurship, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/cc5feb81-en>.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises**. 2015 Edition. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264244160-en>.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Guidelines on corporate governance of state-owned enterprises**, 2005. Disponível em: www.oecd.org/document/33/0,2340,en_2649_37439_34046561_1_1_1_37439,00.html. Acesso em: 17 jul. 2005.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Principles of corporate governance**, 2004a. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/32/18/31557724.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PINTO JUNIOR, Helder; QUEIROZ, et al. **Economia da Energia: fundamentos econômicos**.

PRICEWATERHOUSE COOPERS - pwc. **Estudos sobre a Carga Tributária & Encargos do Setor Elétrico Brasileiro**. Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/assets/energia/2024/tl_acende_brasil.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

QUAGLIO, G.; PAIVA, C. A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 337-368, 2017.

ROCHA, Thadeu Figueiredo. **Estado, Mercado e Burocracia no Setor Elétrico: trajetória e perspectivas das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (1954/2010)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

ROCHA, Thadeu Figueiredo, et al. **O Estado Brasileiro e as Multinacionais de Energia Elétrica: formas de atuação, conectividade e trajetória dos primórdios do setor até os dias atuais**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

ROBIN B, Venables, A. J. **Towards a Microeconomics of Growth**. World Bank site resources (Annual Bank Conference), LSE. Disponível em: www.econ.lse.ac.uk. Acesso em: 11 dez. 2024.

ROUBINI, Nouriel, et al. **Economia das Crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional.** Intrínseca, 2010.

RUGGIE, J. G. **International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order.** *International Organization*, v. 36, n. 2, p. 379–415, 1982. doi:10.1017/S0020818300018993.

SADDY, André. **Curso de direito administrativo brasileiro: volume 1.** Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.

SANTANA, Carlos Henrique. **Políticas de Infraestrutura Energética e Capacidades Estatais nos BRICS.** Brasília: Ipea, 2015.

SANTANA, Carlos Henrique. **Financiamento do Desenvolvimento e Poder Infraestrutural do Estado Brasileiro.** *Revista do Serviço Público (RSP)*, v. 74, n. 1, p. 109–142, 2023. DOI: 10.21874/rsp.v74i1.9960.

SANTOS, Murillo Giordan. **Controle das empresas semiestatais.** *Revista de Informação Legislativa (RIL)*, v. 52, n. 208, p. 61–79, out./dez. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/208/ril_v52_n208_p61. Acesso em: 24 maio 2024.

SCHINDLER, S.; ROLF, S. Geostrategic globalization: US–China rivalry, corporate strategy, and the new global economy. **Globalizations**, p. 1-18, 2024.

SCHMIDT, Vivien A. **Give Peace a Chance: Reconciling Four (Not Three) New Institutionalisms.** In: Béland, Daniel; Cox, Robert H. *Ideas and Politics in Social Science Research*. Forthcoming, 2010.

SCHRÖDER, Martin. **Integrating Varieties of Capitalism and Welfare State Research: A Unified Typology of Capitalisms.** New York: Palgrave Macmillan, 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIFFERT FILHO, Nelson. **A expansão da Infraestrutura no Brasil e o Project Finance.** In: ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio. **O BNDES em um Brasil em transição.** Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

SILVA, Mauro Santos; SCHMIDT, Flávia de Holanda; KLIASS, Paulo (Org.). **Empresas estatais:** políticas públicas, governança e desempenho. Brasília: Ipea, 2019. 408 p.

SMOLSKI, F.; FOCHEZATTO, A. Análise espacial da relação entre financiamento e especialização industrial por intensidade tecnológica no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 32, n. 3, p. 579-611, 2023.

STIGLITZ, Joseph E. **O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STRANGE, Susan. **States, Firms and Diplomacy.** *International Affairs (Royal Institute of International Affairs, 1944-)*, v. 68, n. 1, p. 1–15, jan. 1992.

STUDART, R. **Investment finance in economic development.** 1. ed. Londres: Routledge, 1995. p. 256.

STUDART, R.; ALVES JR., A. J. Eficiência e Funcionalidade do Setor Financeiro no Desenvolvimento In: FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane (Org.). **Macroeconomia moderna:** lições de Keynes para economias em desenvolvimento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. p. 163-171.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani de; PINTO, Henrique Motta. **Empresas semiestatais.** *Revista de Direito Público da Economia (RDPE)*, v. 9, n. 36, p. 1-37, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCnfd=75965>. Acesso em:

TAVARES, André Ramos. **Direito constitucional econômico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011.

THORSTENSEN, Vera; FARI, Antonio Pedro. **A OCDE e a governança corporativa de empresas estatais.** Working Paper 513 – CCGI nº 17, out. 2019. p. 1.

TREBAT, Thomas J.. **Brazil's State-Owned Enterprises:** a Case Study of the State as Entrepreneur. Cambridge: of Cambridge University Press, 1983.

- UNGER, Roberto Mangabeira. **Democracy realized: the progressive alternative.** New York: Verso, 1998.
- UNGER, Roberto Mangabeira. **The knowledge economy.** New York: Verso, 2019.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Investment and Financial Flows to Address Climate Change.** 2007. Disponível em: https://unfccc.int/resource/docs/publications/financial_flows.pdf. Acesso em 14 dez. 2024.
- VIEIRA, R. S.; SARTORIS NETO, A.; IGLOI, D. C. Crescimento dos municípios e São Paulo: uma análise espacial. In: **Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Recife, 2007.
- VON THÜEN, J. **The isolated state.** Londres: Pergamon, 1826.
- WEISS, Linda. **States in the global economy: bringing domestic institutions back.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- WHITLEY, Richard. **Business systems and organizational capabilities: the institutional structuring of competitive competences.** Oxford: Oxford University Press, 2007.
- WORLD BANK. **Corporate governance of state-owned enterprises:** A Toolkit. WB, 2014. Disponível em: <https://state-owned-enterprises.worldbank.org/toolkit/corporate-governance-state-owned-enterprises-toolkit>
- WORLD BANK. **The Business of The State.** Washington: The World Bank, 2023.
- WORLD BANK-PPIAF. **Who sponsors infrastructure projects? Disentangling public and private contributions.** Washington, DC: The World Bank and the Public-Private Infrastructure Advisory Facility, 2017.
- YERGIN, Daniel. **A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



<https://inctpped.ie.ufrj.br>
Av. Rui Barbosa, 762 – Flamengo, Rio de Janeiro/RJ